



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2018, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, conforme Edital de Convocação publicado aos onze dias do mês de setembro, no Diário Oficial do Município de número cento e setenta e um, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os poderes Executivo e Legislativo, demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2018. O SR. PRESIDENTE:- Está encerrado o Pequeno Expediente. Solicito que os Vereadores registrem suas presenças. Já está presente conosco o Secretário Vitor Puppi, que hoje fará a apresentação do segundo quadrimestre. Também estão presentes Daniele Regina Santos, Superintendente da Secretaria de Finanças; Breno Lemos, Superintendente Técnico; Claudinei Nogueira, Diretor de Contabilidade; Carlos Kukolj, Diretor de Orçamento; Márcio Heimoski, Gerente de Orçamento; Mário Nakatani, Coordenador de Projetos; Caio Zerbati, Assessor da Secretaria. Sejam todos bem-vindos. Também quero cumprimentar e hoje apresentar aos colegas, o Marco Antônio Busnardo, que estava na Controladoria e assumiu a Diretoria Geral da Câmara, em razão da saída do Nilton Cordoni. O Nilton Cordoni voltou para a iniciativa privada e o Marco assume agora a Diretoria Geral da Câmara Municipal de Curitiba. Também estão presentes o Roberval Moreira, Diretor de Licitações; o Charles Antoniacomi Taborda Paz, Diretor de Patrimônio; Heloísa Marchesini, Controladora; Adroaldo Castanha, da Controladoria; Aline Bogo, que logo mais fará a apresentação; Ana Cláudia Mello, Diretora de Recursos Humanos.- Está encerrado o Pequeno Expediente. Conforme Requerimento nº5.413/2018, aprovado em 17 de setembro por esta Casa, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais, estão destinados à audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. De imediato, convido o Vereador Thiago Ferro, Presidente da Comissão de Economia Finanças e Fiscalização, para que faça a abertura e conduza os trabalhos da audiência. Também solicito que os membros da Comissão venham compor a Mesa para os trabalhos. Em tempo, quero registrar a presença de Daniel Ribas, que é assistente administrativo da Secretaria de Finanças de Pinhais. Também o Murilo, que é assistente administrativo da Secretaria de Finanças, Município de Pinhais.- (Assume a presidência da Audiência o Vereador Thiago Ferro).- O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos, cumprimento o Presidente e toda a Mesa, e declaramos aberta a audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e

Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o complemento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2018. De acordo com a Lei que determina, parágrafo 4º, do Art. 9º, da Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Art. 62-A da Lei Orgânica Municipal. Essa audiência pública terá a duração de 2h, com início às 9h40min e término previsto para às 11h40. Convido os membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Mauro Ignácio que já compõe à Mesa, mais os Vereadores Jairo Marcelino, Paulo Rink, Professor Silberto, Professora Josete, Sabino Picolo, Ezequias Barros e Osias Moraes, para que possam compor à Mesa, conforme a vontade de cada um. Agradeço a presença de todas as autoridades, os representantes, os servidores, funcionários e aos cidadãos que nos acompanham aqui na Sessão e também pela Internet. Os trabalhos dessa audiência, obedecerão ao seguinte roteiro: 1- Explicação da Sra. Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira, conta gestão fiscal do poder legislativo. 2- A concessão da palavra aos presentes para comentários, sugestões e questionários. 3- A explicação do Sr. Vitor Puppi, Secretário Municipal de Finanças, a respeito dos relatórios do poder executivo. 4- A concessão da palavra aos presentes, para comentários, sugestões ou questionamentos. A concessão da palavra se dará da seguinte forma: 1- Os Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. 2- Aos demais Vereadores. 3- Aos visitantes que se inscreveram através do formulário que poderá ser feito com os servidores da Câmara Municipal. Será concedido o tempo de dois minutos para cada inscrito. E, de imediato, convidamos a Sra. Aline Bogo, Diretora Contábil Financeira da Câmara Municipal de Curitiba, que tem a palavra por quinze minutos.- A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia Presidente da Comissão de Economia, Vereador Thiago Ferro, cumprimentando-o, quero estender o cumprimento aos demais membros dessa Comissão, também aos Vereadores, servidores desta Casa, todos os presentes e dar as boas-vindas ao nosso Secretário de Finanças Vitor Puppi, e a toda a sua equipe da Prefeitura Municipal de Curitiba. O objetivo dessa apresentação é trazer aos senhores, tentar traduzir os números dos últimos quatro meses e também consolidando com o primeiro quadrimestre desse ano, os dados de execução orçamentária da Câmara Municipal de Curitiba. Iniciando, vou trazer, primeiramente, o valor das nossas receitas em relação ao nosso orçamento inicial que foi fixado em cento e quarenta e oito milhões, setecentos e setenta e oito mil para o exercício de 2018, valor igual ao orçamento do exercício anterior. Desse valor, a Prefeitura Municipal de Curitiba, mensalmente, tem realizado a transferência do décimo, totalizando nos últimos oito meses, então o valor de noventa e nove milhões, cento e oitenta e cinco mil. Desse valor, foi feito em junho deste ano uma anulação do nosso orçamento para suplementação no executivo, no valor de dezoito milhões, duzentos e trinta e seis mil, cento e dezesseis. Além da transferência, temos as receitas extra orçamentárias, que são os rendimentos de aplicações financeiras, mensalmente o nosso dinheiro aplicado, o valor que é auferido com os rendimentos, são transferidos a cada mês ao município, totalizando nesses dois quadrimestres, seiscentos e noventa e sete mil, novecentos e setenta e setenta e dois reais. Temos também as receitas com contrato firmado com à Caixa Econômica Federal, para o gerenciamento da folha de pagamento dos servidores, totalizando, neste ano, duzentos e dezenove mil e quarenta e sete, e também o valor com cancelamentos de restos à pagar de contratos que eram estimados e não foram gastos, na sua totalidade, até o quadrimestre de um milhão, setecentos e sessenta e três mil. O valor de dezoito milhões, duzentos e trinta e seis que foi devolvido, através de anulação do orçamento mais o valor de cancelamento de restos de um, setecentos e sessenta e três, somam os vinte milhões que foram repassados à Prefeitura, no mês de junho deste ano e o valor total repassado desde o início do ano, então, soma vinte milhões, novecentos e dezessete mil. Em relação às despesas, com a anulação que tivemos de dezoito milhões, o nosso orçamento atualizado ficou em cento e trinta milhões, quinhentos e quarenta um mil, desse

valor realizado até o segundo quadrimestre, temos um total empenhado de setenta e dois milhões, oitocentos e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco, que representa 55,77% do orçamento atual. Desse valor, 79,75% foram gastos com a despesa de pessoal, que é uma despesa característica das Casas Legislativas. Então, orçado com o pessoal atualizado é cento e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, em oito meses gastamos cinquenta e oito milhões e sessenta e um, esse valor está assim distribuído: vencimentos e vantagens fixas de servidores efetivos, vinte e um milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil; subsídio dos Vereadores, quatro milhões, quatrocentos e trinta e nove; vencimentos comissionados, vinte e um milhões, duzentos e noventa e seis. Temos com obrigações patronais, aí incluindo de todos os servidores e também dos Vereadores, dez milhões, duzentos e vinte e dois mil; indenizações, que são a maior parte por aposentadoria, pagamento de licença-prêmio e férias, e também em caso de acidente de trabalho, totalizando seiscentos e quarenta e dois mil, trezentos e vinte e quatro. E um gasto de outras despesas, que são aí alguns auxílios, dois mil, quinhentos e dezesseis, totalizando a nossa despesa de pessoal até o quadrimestre, de cinquenta e oito milhões e sessenta e um. Esse gráfico, traduz um pouquinho de como está a distribuição da nossa despesa de pessoal, onde temos 46,74% pagamento de folha e obrigações patronais com os efetivos; 44,10% com comissionados e 9,16% com o pagamento de subsídios, durante esses oito meses. Nosso segundo grupo de despesas, são as outras despesas correntes, que representa do valor empenhado, de setenta e dois milhões, oitocentos e cinco até o quadrimestre, dessas despesas, representa 19,45%. Essas despesas estão assim distribuídas: benefícios assistenciais, aqui entra o auxílio funeral, auxílio creche, auxílio saúde, totalizando um milhão, duzentos e dois. Gastos com material de consumo, setecentos mil, praticamente. Locação de mão de obra, são os serviços terceirizados, três milhões, quatrocentos e sete, serviços de terceiros pessoa jurídica, aí temos todos os nossos contratos com prestação de serviço, quatro milhões, oitocentos e oitenta e três mil, o valor do aporte que a Câmara tem feito mensalmente ao Instituto de Previdência do Município de Curitiba, o IPMC, totalizando três milhões, novecentos e vinte e quatro mil e o valor com outras despesas correntes, de trinta e nove mil, duzentos e oitenta e oito. No slide anterior, o valor era o empenhado, nesse slide eu trago o valor liquidado, de janeiro a agosto dos principais contratos que o legislativo mantém. Nós temos um gasto com água de sessenta e oito mil, duzentos e setenta e três, um gasto com luz de duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e nove. Um contrato de locação de impressoras, um contrato que foi revisto, foi feito uma nova licitação e a gente conseguiu uma economia em torno de 45%, temos uma liquidação até o quadrimestre de cento e seis mil, novecentos e vinte e seis. Gastos com estagiários, quinhentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e quatro de um convênio com o IMAP, gastos com dois links de internet, cento e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e sete; locação de equipamentos telefônicos, cento e sessenta e um mil; locação de veículos, contrato que também foi revisto no ano passado com uma redução de 30%, quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e sessenta e sete; manutenção de bens imóveis, aqui temos alguns contratos, manutenção predial, também manutenção de bombas de água, de elevadores, trezentos e trinta e quatro, quinhentos e vinte e cinco. Manutenção de máquinas e equipamentos, que são ar condicionado, câmeras, noventa e três mil, trezentos e cinquenta e dois; manutenção de software, são dois contratos com a Empresa Elotec, cento e dezesseis mil, trezentos e sessenta. Serviços de postagens, um contrato de serviço com o Correio, noventa e cinco mil, oitocentos e quarenta e gastos com telefone, sessenta e um mil, setecentos e vinte e cinco. Em relação aos contratos de terceirização de mão de obra, temos dois contratos, um com a Empresa Higi Serv, que tem o serviço de limpeza e copa, e também de recepção e controlador de acesso. Onde a limpeza e copa, totalizam setecentos e dezessete mil, quinhentos e trinta e sete; recepção e controlador de acesso, trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e vinte e nove. E um contrato de

vigilância com a Empresa Embrasil, licitação aí também houve uma redução de 15%, um milhão, cento e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e dois. Contratos com aquisição de material de consumo, temos o material de higiene, copa, cento e sete mil, trezentos e sessenta. Material de expediente, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte e três e combustível, duzentos e quarenta e dois mil, trezentos e vinte e sete. Os gastos com diárias, passagens e hospedagens, que são relativos às viagens dos Vereadores e servidores, tinha totalizado até o primeiro quadrimestre, sete mil, setecentos e cinquenta e nove. No segundo quadrimestre, tivemos um gasto dos gabinetes dos Vereadores, de três mil, trezentos e trinta e oito, sendo seiscentos e oitenta reais em diárias, dois mil, trezentos e quarenta e cinco em passagens e trezentos e doze em hospedagens. Não houveram gastos para os servidores no segundo quadrimestre. Então, totalizamos o segundo quadrimestre com três mil, trezentos e trinta e oito e sessenta e quatro e os dois quadrimestres acumulam um total de onze mil e noventa e oito, a gente pode observar que houve uma redução dos gastos do segundo em relação ao primeiro quadrimestre. Nosso terceiro grupo de despesas são as despesas de capital, temos um orçamento de três milhões e temos um gasto até o quadrimestre de quinhentos e oitenta e cinco mil, os investimentos mais significativos estão planejados para o terceiro quadrimestre. Então, gastamos com um equipamento e material permanente um valor de setenta e três, novecentos e dezesseis, com aquisição de imobiliário, equipamentos de informática. Foram adquiridos também os televisores e tablets para o DAC e gastos com obras e instalações, no valor de quinhentos e onze mil, seiscentos e sete, que aqui temos diversas obras. Em relação ao que foi liquidado de janeiro a agosto, nesses contratos, desde 2015 optamos, como a Câmara não tem um engenheiro em seu quadro, em contratar projetos para que a gente possa fazer investimentos de forma segura nos nossos prédios. Então, esse ano contratamos um projeto para a reforma de banheiros, já foi pago dez mil, duzentos e quarenta, essa licitação agora, a obra vai ser licitada em breve, a gente está com o andamento da parte interna do processo. Nós temos também um projeto da modernização dos elevadores, que liquidamos já vinte e sete mil e duzentos, que também será licitado este ano a obra. Projeto básico para a nova rede elétrica e lógica da Câmara, é um projeto aí que custa em torno de duzentos mil, e já liquidamos vinte e oito mil. Pretendemos iniciar em breve essa obra. Vocês perceberam que houve uma obra que é regularização do plano de combate a incêndio e pânico, que está sendo feita na Câmara, onde houve a instalação de algumas escadas e portas de combate ao incêndio. Essa obra está atendendo um acordo com o Ministério Público. Também houve um projeto em 2016, aprovado no Corpo de Bombeiros, para o qual tínhamos um prazo para colocar em andamento. Então, foi liquidado até o quadrimestre, cento e oitenta e dois mil, seiscentos e sessenta e dois dessa obra. Foi feito também uma reforma na Diretoria de Comissões, com a contratação de uma empresa que instalasse o forro e a iluminação do subsolo, que custou setenta e dois mil, novecentos e noventa. E também uma obra que já foi concluída, a instalação dos para-raios, de cento e treze mil, quatrocentos e oitenta e um, valor liquidado esse ano. Em relação ao cumprimento dos nossos limites e metas nos dois quadrimestres. De acordo com uma emenda constitucional se estabelece que o Legislativo pode gastar apenas 70% da sua receita com folha de pagamento. Aqui entendemos folha de pagamento sem as obrigações patronais, por isso que o nosso gasto até o 2o quadrimestre não são os cinquenta e oito milhões, mas sim quarenta e sete milhões, oitocentos e trinta e nove mil. Esse valor representa 25.86% do nosso orçamento, que seria o máximo que a Câmara poderia chegar, de cento e oitenta e cinco milhões. Então, se formos observar, estamos com um valor bem abaixo do limite, porque temos ainda mais um quadrimestre, mas não chegaremos provavelmente nem a 50% desse limite. Em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece que os gastos com pessoal não podem ultrapassar 60%, desse valor, 6% é para o Legislativo. Esse valor é em relação a receita corrente líquida do Município, que ficou calculada em sete bilhões,

cento e vinte e nove milhões. Mas, aí temos a dedução do Fundo de Transporte – FUC, de setecentos e setenta e oito milhões, que forma a receita corrente líquida ajustada de seis bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões. Essa receita, convém lembrar que ela é calculada utilizando o período móvel. Então, ela é calculada de setembro de 2017 até agosto de 2018, assim como é calculada também a despesa de pessoal para compor esse demonstrativo. Então, a despesa bruta ficou em noventa e um milhões. Com a exclusão das indenizações de um milhão, setecentos e vinte e quatro nesses últimos doze meses, temos uma despesa líquida de pessoal do Legislativo de oitenta e nove milhões, duzentos e setenta e sete mil, que representa 1.41% do valor da receita corrente líquida, que poderia chegar a 6%. Vejam que nos limites que temos abaixo é o limite de alerta. O primeiro limite seria de trezentos e quarenta e dois milhões, e estamos em oitenta e nove milhões. Nós trouxemos aqui algumas fotos das melhorias que foram realizadas no período. Ampliamos algumas vagas no estacionamento do Anexo III; foram também instaladas as escadas de incêndio no prédio em L, entre o Anexo I e II, e também no Anexo IV, prédio administrativo. Foi feita a transferência da Controladoria, que ficava no Anexo IV, para o prédio em L, transferência e reforma da sala; também foi feita a transferência da Saúde Ocupacional, onde foi reformada a antiga Reprografia, e instalada a Saúde Ocupacional. Transferência da Procuradoria Jurídica; transferência da DCF – Diretoria Contábil e Financeira, que foi para o Anexo III, e reforma da sala. Transferência da Diretoria de Licitações para o Anexo III e reforma da sala; inauguração do Espaço de Convivência dos servidores, que fica no Anexo III. Em março tivemos a inauguração da nova galeria das Vereadoras e também a reforma da diretoria de comissões, o DAC, que fica no subsolo do Palácio, foi feita a reforma da sala para as reuniões dos Vereadores. Concluindo, trouxe um gráfico que faz um comparativo da nossa despesa, considerando os meses de janeiro a agosto dos últimos quatro anos, o azul claro seria despesa total da Câmara, então, vemos que ela vinha crescendo e ela caiu em 2017, 2018 ficou um pouquinho acima nos oito meses iniciais do ano. Em relação à despesa de pessoal, ela caiu se for comparar, ela vinha crescendo até 2016, de 2016 para 2017, 2018 houve uma queda na despesa de pessoal. Com serviços também era uma despesa que tem um viés de crescimento, com reajustes dos contratos, mas em 2017, com todas as revisões que foram feitas nos contratos, que em 2018 conseguimos uma redução desse tipo de despesa, baixou um pouco de 2017 para 2018. Material de consumo teve uma redução de 2017 para 2016 e agora cresceu um pouquinho em 2017, porque em 2016 não licitamos material de expediente. Outras despesas, foi a despesa que cresceu um pouquinho neste ano devido ao aporte, que a Câmara tem feito ao IPMC, que é uma lei do ano passado e essa despesa não existia anteriormente. E os investimentos, que ele cresceu um pouquinho em relação ao ano passado e que temos uma previsão de um crescimento um pouquinho maior agora para o terceiro quadrimestre. Gostaria de agradecer a atenção de todos, lembrando que os dados detalhados estão em nosso Portal, também em relação ao Portal de Transparência tínhamos um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público, que fez uma revisão em várias entidades do Paraná, firmando acordo com várias entidades e este ano recebemos a comunicação de que foi arquivado, porque eles entenderam que o nosso Portal atende tudo que eles desejam e precisa legalmente atender um Portal da Transparência. Mas, mesmo assim, queremos comunicar que estamos investindo no Portal e teremos este ano uma melhoria no nosso Portal da Transparência. Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado Diretora Aline Bogo, convido-a para compor a Mesa conosco. De imediato, passo ao vice-presidente, Vereador Mauro Ignácio para que conduza a participação.- O SR. MAURO IGNÁCIO:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar a Diretora Aline Bogo pela sua explanação, muito detalhada. Na verdade, só quero destacar os avanços que esta Casa fez com a liderança do Presidente Vereador Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto), as reformas que tornaram esta Casa mais acolhedora, mais moderna. Quero

perguntar se dentro dessa política de transparência e economicidade, se já há uma projeção de quanto a Câmara usará até o final do ano e também quanto foi repassado, vinte milhões este ano, para a Prefeitura e se você se recorda, em 2017, quanto foi repassado também para a Prefeitura.- O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra ao Vereador Paulo Rink.- O SR. PAULO RINK:- Quero parabenizá-la pela explanação, sempre muito competente e prática nas questões financeiras. Vendo a apresentação, vi um número das aplicações financeiras que temos um saldo todo mês que é repassado à Prefeitura, vocês sabem daquele fundo que tínhamos aqui na Câmara Municipal para uma reforma gradativa da Câmara Municipal. Pergunto para você Aline, e depois para o Vitor Puppi, se poderíamos fazer um fundo extra para que este valor aplicado seja uma reserva para a manutenção da Câmara Municipal, se teria esse amparo legal ou se os colegas teriam que fazer alguma nova lei para o fundo da Câmara Municipal. Essa seria uma pergunta para você e para o secretário.- O SR. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra à Sra. Aline.- A SRA. ALINE BOGO:- Primeiramente, vou responder a pergunta do Vereador Mauro Ignácio. Em junho desse ano repassamos vinte milhões ao Executivo. Ainda temos uma previsão de uma economia para esse ano, acredito, em torno de mais quinze milhões. Isso vai depender de como será o andamento das novas licitações, porque se a gente não conseguir empenhar esse ano o valor é devolvido ao Executivo. E estamos aí com uma previsão de reforma de banheiro, dos elevadores e também da rede elétrica e lógica, que são investimentos altos. Dependendo do cronograma dessas obras, uma parte é empenhada esse ano, e a outra parte será empenhada ano que vem. Então, o que não for empenhado esse ano vai compor a economia que será repassada ao Executivo. Eu acredito que as devoluções totais desse ano sejam de trinta milhões. Em 2017 o valor total economizado foi de quarenta e dois milhões. Em relação à pergunta do Vereador Paulo Rink. Os rendimentos que apresentei ali como uma receita extra orçamentária, esses são rendimentos do valor do orçamento que fica aplicado, investimentos, e essa é uma receita que cabe ao Executivo. Então, é uma receita que não podemos fazer um fundo na Câmara. Essa receita é repassada mensalmente ao Executivo. Em relação à economia do orçamento dependemos da aprovação de uma lei para que a gente possa constituir um novo fundo. Porque o fundo que tínhamos foi extinto e o valor total, na época de cinquenta e oito milhões, foi repassado ao Executivo.- O SR. PRESIDENTE:- Próxima Vereadora inscrita, Noemia Rocha.- A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, Aline, parabéns pela explanação. Eu vou continuar dentro dessa economia de orçamento, até porque digo que quando você dá uma receita de cento e quarenta e oito milhões, ou quando você dá uma mesada para o filho e o filho fica devolvendo, você vai diminuir a mesada. Essa é a minha preocupação, nada contra, mas temos algumas demandas. É possível, Aline, fazemos uma lei para fazermos um fundo? Por exemplo, temos uma demanda dos servidores desta Casa em relação ao auxílio refeição. É possível fazermos esse tipo de adequação, tem que partir da Mesa? Pode partir dos Vereadores? Eu gostaria de entender esse processo. Entendendo que nessa economia a gente contemplar os servidores desta Casa. Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Próximo Vereador inscrito, Chicarelli.- O Sr. Chicarelli:- Bom dia a todos. Vou aproveitar esse tempo para fazer algumas considerações e parabenizar toda a diretoria da Casa, a diretoria financeira e a mesa executiva. Discordar um pouco da Vereador Noemia. Tem sim que devolver. No passado a preocupação era muito maior nas outras gestões. Pensava-se sempre em devolver, acudir a Prefeitura, que era uma administração que não conseguia gerir seus recursos, e se preocupava muito. Queria se fazer um novo plenário na Câmara. Lutamos contra. E fomos vencedores. Valeu ser um Vereador independente e de oposição na época. Depois todos vieram conosco. Essa luta não foi só minha, foi dos Vereadores de oposição, deixar bem claro. Mas nessa gestão, Vereadora Noemia, além da preocupação de devolver, e eu vejo isso, há bastante preocupação da manutenção, da melhoria, eu acho que é o caminho, ainda tem que se incrementar mais isso. E também se devolve

e se economiza. Resumindo, é isso. A gente vê uma parte boa, pelo menos é o que está sendo apresentado. A Aline lembra, e o saudosismo é bom, eu fui o primeiro Vereador, com todo respeito, a ir direto, praticamente dois anos na parte de finanças da Câmara. Pessoalmente ia folhear os livros, ver os gastos, e peguei diárias e passagens internacionais absurdas, denunciei quando pude. Vereadores que devolveram. Ora, cartões, por exemplo, material gráfico feito a um valor exorbitante. Então, foram várias considerações que eu trouxe. Fui mal entendido e desmistificado, descaracterizado pela Mesa anterior. Mas ao final valeu a luta. Hoje vejo a Câmara moralizada. Eu fico feliz. Eu acho que o Parlamento tem jeito, o País tem jeito, temos que acreditar. A mudança passou por aqui. Os gestores anteriores foram bons na parte financeira. Também não estou acusando. Mas agora se vê um andamento muito bom e eu fico feliz em poder votar nesse momento e ver as condições no jeito que estão. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Próximo Vereador inscrito, Serginho do Posto.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer – Serginho do Posto:- Obrigado. Saúdo todos os membros da Comissão. Faço uma saudação especial à Aline que fez a apresentação. Na verdade, quero fazer alguns comentários em relação ao comportamento das finanças e da administração desta Casa. Quero parabenizar o Nilton Cordoni que foi diretor até há dez dias, quero parabenizar pelo serviço que fez enquanto diretor geral. E agora o Marco Busnardo assume essa função. Mas em parceria com o Vereador Bruno e com o Vereador Mauro, somos da Comissão Executiva, permanentemente estamos preocupados não somente com a economia dos gastos, mas também com as adequações que estamos fazendo, principalmente nos espaços físicos. Vossas Excelências puderam perceber que tínhamos um TAC que há anos foi assinado com o Ministério Público, com o Corpo de Bombeiros, porque algumas obras eram necessárias nesse edifício. É um edifício antigo. Isso se cria uma dificuldade, tanto na aprovação do projeto, há demora, não somente nesse prédio aqui mas em outros espaços. Nós canalizamos uma energia modificando a forma. E quero saudar o Roberval e toda a sua equipe, que é a diretoria de licitações. Em todas as nossas licitações tivemos êxito na economia da repactuação do contrato ou de um novo contrato. A exemplo mais recente, estamos com uma economia de 48% nos serviços de locação de impressora e serviço de xerox nesta Casa. Uma economia preponderante. Também em parceria com os Vereadores, e houve um entendimento, mudamos o modelo de postagem, que não são mais selos, e sim chancelas que são distribuídas para a comunicação dos trabalhos do Legislativo, em especial dos gabinetes. Tivemos uma mudança de comportamento. Entendemos que tendo em vista uma situação grave na economia da Câmara, e não tínhamos condições de fazer um novo prédio, partimos para as reformas. O próximo passo será a reforma dos banheiros. Temos banheiros que, infelizmente, precisam urgentemente de uma manutenção. E também quero comentar com os Vereadores que algumas licitações que foram questionadas, principalmente ao Ministério Público, que foram três grandes licitações que esta Casa teve, todas elas no entendimento do Ministério Público cumprimos a Lei 8666 e além disso colocamos travas nos contratos onde tivemos êxito, tanto na aplicação e no contrato de gestão, que são realizados esses contratos, como também, principalmente, na economia. Posso citar exemplos, baixamos locação de veículos, baixamos contratos de terceirizados, serviços que são colocados, e acredito que a Câmara tem aproximadamente acima de duzentos contratos com terceirizados. Todos esses tivemos êxito numa mudança de postura, principalmente no requisito da economicidade da Casa. Então, ampliamos os investimentos nesse ano como nota-se e, provavelmente, até o final do ano deveremos investir um pouco mais, que será a reforma dos elevadores. Vários Vereadores já tiveram dificuldade, ficaram presos nos elevadores. Eles estão muito defasados e faremos uma reforma em todos. O investimento no próximo quadrimestre aponta isso. Também fizemos uma economia grande nas passagens e viagens de diárias, tanto para o servidor como para os Vereadores e suas assessorias. Entendemos que a necessidade de uma viagem só se

fosse em benefício ao desenvolvimento de seu departamento ou que trouxesse à Casa resultados, como é o caso das licitações, que fizeram cursos de aprimoramento e atualização. Então, entendemos que as viagens são necessárias, que a Casa tem que se fazer representar em congressos e eventos ou administrativos ou também para aprimorar a administração da Casa, mas também, em entendimento com todos os Vereadores, apenas em viagens necessárias que este legislativo deve se fazer presente. Então, neste sentido fizemos um corte drástico nessas despesas e outras despesas também. Quero lembrar à Vereadora Noemia Rocha, estou buscando uma lei que no passado, salvo engano na década de 80 ou 90, os servidores da Casa recebiam o Vale Refeição. Na época me foi comentado, quero buscar esta lei, este benefício foi incorporado ao salário dos servidores. Por isso não podemos fornecer este auxílio refeição. Nós temos esse impedimento pela lei, salvo engano foi uma orientação do Tribunal de Contas, que nos impede deste benefício. Como a senhora coloca, existe uma sobra de orçamento, nós fazemos a devolução ao Executivo para que ele faça a aplicação na cidade e aí várias áreas estão sendo beneficiadas com esta devolução, porém estamos buscando a lei porque foi dito que foi incorporado aos vencimentos dos servidores. Então, quero confirmar e posso depois informar a senhora com mais responsabilidade e mais precisão nesta informação. Então, quero parabenizar a Aline a todas as diretorias. E desejar ao Marco Busnardo, que assume a Diretoria Geral, que faça um trabalho profícuo, que possa até dezembro manter este ritmo que estamos mantendo, administrativo e financeiro. E, ademais, agradecer em especial aos Vereadores que entenderam essa mudança de postura, também agradecer aos servidores que entenderam a mudança de postura e conceitos. E o que estamos fazendo é o dia a dia juntamente com a Mesa Executiva e a Mesa Diretiva um esforço em conjunto para aplicar melhor os recursos. Era isso. Saúdo a todos e agradeço a palavra. Desculpe-me se me estendi um pouco, Vereador.- O SR. PRESIDENTE:- De fato, o Presidente em nossas viagens está sendo muito firme. Com a palavra a Aline.- A SRA. ALINE BOGO:- Obrigada, Presidente pela confiança. Vereadora Noemia Rocha, em relação aos valores gastos e aos valores devolvidos, trabalhamos em cima de um planejamento e de um orçamento. O que tem acontecido é que o orçamento da Câmara tem sido reduzido em relação aos 4,5% que teríamos direito em favor do município. Legislativo e Executivo somos todos Curitiba. Então, o valor que não é usado aqui, será usado em favor do município. Todos os gastos, todos os projetos dependem deste planejamento e aprovação da Comissão de Executiva. Não sei se respondi a sua pergunta, mas seria isso.- O SR. PRESIDENTE:- Na sequência com a palavra os Vereadores Professora Josete e Bruno Pessuti.- A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Bom dia a todos e todas. São dois questionamentos que gostaria de fazer, mas entendo que não é exatamente a Aline quem tem que responder. Então, mais um comentário para que a Mesa Executiva possa avaliar. À Aline é uma excelente funcionária, tem uma função técnica, mas as decisões políticas são tomadas pela Mesa Executiva. São duas preocupações que tenho, primeiro em relação a Escola do Legislativo. Eu acredito que avançamos ao criar a Escola, mas não garantimos as condições para que tivéssemos uma equipe, um quadro completo e, realmente, avançássemos numa discussão tanto em relação a formação dos nossos funcionários, das próprias assessorias dos Vereadores e Vereadoras, como também em relação a sociedade. Então, há necessidade da priorização e a Mesa Executiva tem que fazer esforços nesse sentido. Não podemos abandonar o que foi uma conquista e uma conquista democrática desta Casa. Outra questão diz respeito ao Plenário. Este é um prédio muito bonito, é um prédio histórico, mas não é adequado para as Sessões Plenárias, principalmente, no que diz respeito à participação da população. Então, até onde eu sei, o último laudo realizado avaliou que só pode permanecer nas galerias para assistir as Sessões, vinte e oito pessoas. Eu acho um absurdo que um Município como Curitiba, com um milhão e oitocentos mil habitantes, não tenha um espaço adequado para garantir que a população possa participar. Temos Câmaras como São

José do Pinhais, Pinhais, Quatro Barras, Piraquara, que é um Município pobre, tem um espaço adequado para o cidadão e para a cidadã acompanhar a Sessão. À época quando existia o fundo, o fundo da Câmara Municipal de Curitiba tinha o objetivo exclusivo de garantir recursos para a construção de um novo prédio. Então, faço um questionamento à Mesa, se não há vontade política de construir um novo prédio com toda a estrutura, com gabinetes, eu sugiro e gostaria de ver a manifestação da Mesa, no sentido de pelo menos fazermos um espaço para um plenário, garantindo espaços, um auditório para a população acompanhar. Existe o terreno aqui em frente e acho que é possível, não seria nenhum gasto exorbitante e com a devolução que a Câmara tem feito à Prefeitura, certamente é possível garantir esse espaço. Então, acho que este é um direito da população e faz parte da construção democrática, garantindo que a população possa acompanhar as Sessões da Câmara. Seriam estas as duas observações.- O Sr. Bruno Pessuti:- Obrigado, Presidente Thiago Ferro. Agradeço e parabênzo a Aline pela apresentação, tivemos a oportunidade de acompanhar no dia de ontem uma prévia e os resultados estão muito bons para o momento que vivemos no cenário municipal, estadual e federal. O esforço tem sido bem grande e mesmo assim conseguimos avanços, principalmente quando vemos um museu pegando fogo no Rio de Janeiro, um investimento de mais de cento e oitenta mil reais sendo feito para preservar esse patrimônio histórico, um prédio de 1896 que deve ser preservado. E todo esse esforço é derivado da nossa gestão, mãos competentes do Vereador Serginho do Posto. É referente a um prédio novo, pode até se pensar isso no futuro, mas não num momento quando temos quatorze milhões de desempregados no País, gastar esse recurso agora. De outra forma, estamos melhorando ou dando mais acesso à informação através da divulgação das nossas Sessões, das nossas Comissões, pelas redes sociais, não somente pela nossa Rádio Web, mas também pelo nosso site, pelo YouTube, pelo Facebook, na sequência virá o Instagram e todas as pessoas onde estiverem podem acompanhar gratuitamente a Sessão da Câmara de Vereadores. E desta forma tem que ser com eficiência e mantendo esse prédio maravilhoso para todo o sempre. Então, parabéns a toda a Comissão, parabéns a Aline, ao Charles, toda equipe da controladoria que se faz presente, ao Breno, ao Vitor Puppi pela presença. Obrigado a todos.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer – Serginho do Posto:- Só para complementar, Sr. Presidente. (Assentimento). Complementar a informação. Esse prédio que a Câmara utiliza como estacionamento, chamamos de Anexo III, pertence ao Município, não está à disposição da Câmara ainda. Iniciamos uma conversa com o Prefeito de um estudo, se é possível a doação ou uma permuta com a Câmara Municipal de Curitiba. Ainda estamos fazendo essa tratativa, acredito que a próxima Mesa vai poder avançar nesse sentido. Também entendo que o fato de termos quatro recepções exige mais de controladores, recepção, sabemos disso, que é um custo que talvez a longo prazo diminua bastante. Só fizemos a manutenção por quê? Na gestão passada devolvemos cinquenta e oito milhões ao município de Curitiba. Vereador Mauro Ignácio, eu queria saber onde foi aplicado esse dinheiro, nós queríamos saber onde foram aplicados os cinquenta e oito milhões, se foi em folha de pagamento, se foi feito investimento. E até hoje a gestão passada não nos informou para onde foi o dinheiro que a Câmara Municipal economizou durante quase dez anos, cinquenta e oito milhões, que daria para fazer aproximadamente dois prédios parecidos com aquele da FAE, que custou vinte e oito milhões, aqui na Visconde de Guarapuava, que era um dinheiro que estava sendo destinado para isso. Lamentamos que não podemos fazer uma obra nesta gestão, Vereador! Lamentamos! Sabemos que este prédio poderia ser utilizado para uma outra necessidade, talvez um museu. Mas o que estamos fazendo em investimentos é para melhorar as condições, principalmente na segurança. As gestões passadas tinham um TAC assinado com o Ministério Público e com o Corpo de Bombeiros e não havia sido aplicado. Estamos com mais de 60% desse TAC já em andamento, queremos até o final do ano ter totalmente realizado, efetivados todos os apontamentos de segurança; estamos falando de segurança

contra incêndio, segurança de pessoas que adentram esses prédios. Esses investimentos estão sendo feitos nesse modelo. Também entendemos que poderia ser aplicado na nova sede, mas precisamos fazer uma reflexão com todos os Vereadores a respeito de uma nova sede para o Legislativo. Isso vamos fazer, acredito que talvez o novo presidente, a partir do ano que vem, e vamos apresentar alguns estudos que estamos fazendo para deixar para a próxima Mesa, juntamente com o conjunto de Vereadores, decidir. Nesse sentido. É lamentável e essa observação tenho que fazer, devolvemos à gestão passada o fundo de cinquenta e oito milhões que entrou em recursos livres para sua aplicação, mas não sabemos onde foi aplicado até hoje. Fica aqui um questionamento e talvez nos próximos dias tenhamos essas informações. Muito obrigado. Era só esse complemento da informação.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Presidente. Com a palavra o Vereador Felipe Braga Côrtes.- O Sr. Felipe Braga Côrtes:- Só para contribuir, sei que isso não cabe a nós, mas vejo no dia a dia no Brasil o que está ocorrendo. Puppi, obrigado pela presença de todos da secretaria. Isso é no Brasil inteiro. Sei que é uma questão constitucional. A devolução do recurso tem acontecido em várias casas legislativas. Judiciário acho que não, vai para um fundo. Talvez esse conceito tenha que mudar. O secretário entende muito de finanças, mas alguma coisa tem que ser feita porque isso está acontecendo, Presidente Thiago Ferro, em todas as casas legislativas, porque fica vinculado ao orçamento. Ou seja, a arrecadação aumenta, todo ano aumenta, e aumenta-se proporcionalmente em percentual as casas legislativas, o Executivo, o Judiciário. E acaba que algumas devoluções de cheques que foram feitas, ridiculamente feitas, e que acabou indo dinheiro para uma corrupção de escolas que não foram construídas, é um exemplo e deve acontecer no Brasil inteiro. Sei que é fora do contexto, mas acho que é um tema que tem que ser tratado para frente. Mas, enfim. Concordo plenamente com a questão do espaço que usamos aqui. Isso é verdade, a Professora Josete relatou a realidade, não temos espaço para o público e isso aqui é tombado pelo patrimônio. Obrigado pela oportunidade de falar.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, Vereador Goura.- O Sr. Goura:- Muito obrigado. Só para complementar essa discussão que a Vereadora Professora Josete trouxe sobre a sede, o Vereador Bruno fez um contraponto também e o Presidente Serginho colocou, penso que temos sedes de câmaras municipais, de poderes legislativos aqui próximos, da Região Metropolitana, que têm um espaço mais adequado para a participação popular. É o caso de Quatro Barras, por exemplo, que tem um plenário onde a população pode acompanhar com mais presença e isso faz toda a diferença para a democracia. O Vereador Bruno Pessuti comentou que num momento de crise não podemos pensar nisso. Quero discordar, porque a própria construção de uma edificação vai movimentar a economia, vai empregar pessoas e vai fazer com que tenhamos um espaço mais adequado para o Poder Legislativo Municipal. Então, só queria deixar também esse contraponto, com todo o respeito às opiniões. E que tenhamos sim, a médio prazo que seja, essa discussão forte aqui na Casa, pela importância do Poder Legislativo de Curitiba para todo o Paraná; e que isso se qualifique e se fortaleça ainda mais. No mais, quero agradecer a Aline pela brilhante explicação e a toda equipe técnica de servidores. Obrigado.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer – Serginho do Posto:- Vereador Thiago Ferro, desculpe o incômodo, mas só para apontar uma informação que, talvez, passe despercebida nos nossos dias aqui. Quando assumimos a Mesa Executiva e a Mesa Diretiva, colocamos como objetivo a transparência total desta Casa. Particularmente, não conheço Câmara Municipal mais transparente que a de Curitiba. Uma construção feita com servidores desta Câmara e com os Vereadores da atual Legislatura. Por mais que tenhamos essas dificuldades, talvez físicas, em atender a população, mas com toda a transparência, transparência total. E a partir do mês que vem estaremos colocando um sistema em que a nota fiscal da compra do serviço que a Câmara adquirir vai estar exposta para qualquer cidadão, qualquer cidadão. Ampliamos a transparência transmitindo ao vivo, via Facebook; aumentamos a transparência no dia a dia desta

Casa. Já estamos fazendo a compra de equipamentos onde a nossa Diretoria de Licitação, quando chamar uma licitação para a Câmara, teremos transmitida via Facebook essa licitação. Eu posso apostar com todos os Vereadores qual Câmara no Brasil tem a transparência que a Câmara Municipal de Curitiba tem. Eu posso apostar. Acredito que tenha igual, mas melhor não. É um desafio que faço. O que nós temos é dificuldades, mas a transparência, nesta gestão em especial, estamos fazendo um esforço muito grande, eu e os Vereadores Mauro Ignácio, Bruno Pessuti, Julieta Reis, Tico Kuzma, Toninho da Farmácia, Cristiano Santos. Estamos sendo transparentes em todos os atos, todos os atos. Não tem ato secreto nesta Câmara. Não tem qualquer documento que a população não tenha acesso. E o prazo é de vinte dias, que a população tem para acesso à informação, estamos numa média de quatro dias. Esse destaque é importante fazer. Porque o amplo acompanhamento, até a facilidade do cidadão ter acesso às informações, esta Casa está proporcionando. E não fazemos nada mais do que a nossa obrigação, enquanto legisladores. Então, queria frisar isso e dizer que vamos continuar mantendo, com muita firmeza, essa linha que adotamos até o final da nossa gestão. Era isso. Desculpem a minha contundência. Mas eu precisava externar a todos os colegas. Muito obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Vereador Mauro Bobato.- O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado, Vereador Thiago Ferro. Só queria saudar o Secretário Puppi, a Aline e equipe, todo o pessoal que está por aqui. Quero dizer que confio muito na gestão do Serginho, na equipe da Mesa, que acredito no trabalho deles. Quando questionado sobre algumas situações, sempre fui procurá-los; além do site da transparência, temos possibilidade de conversar com eles. E não é o foco da audiência, mas só queria deixar uma sugestão, para sairmos da zona de conforto. Talvez a possibilidade, uma sugestão para a próxima Mesa, ou para esta, de uma Sessão por mês nas estruturas das regionais. Até para conhecermos a realidade de outras, porque cada um tem a sua regional, que é um foco específico. Sei que há um problema de logística, mas acho viável fazermos uma Sessão itinerante, uma vez por mês, ou uma vez a cada dois meses, nas regionais da Cidade. É só uma sugestão que me passou. Parabéns pelo trabalho, Vereador Thiago Ferro e todos os componentes da Comissão de Economia.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Mauro Bobato. Devolvemos a palavra à Diretora Aline Bogo.- A SRA. ALINE BOGO:- Quero agradecer as palavras dos Vereadores Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Felipe Braga Côrtes, Mauro Bobato, Goura, Professora Josete. O Vereador Serginho do Posto já respondeu a maioria das perguntas, em relação à Escola do Legislativo. O que posso falar da parte técnica é que sempre destinamos um valor do orçamento para a Escola. Então, dependemos de aprovação, de termo de referência e projetos para que possamos fazer a execução do orçamento. Lembramos que a ordenação da despesa, nós só temos um ordenador na Câmara que é o Presidente. Então, tudo passa pelo planejamento e pelo orçamento. Em relação a construção da nova sede. Daqui há três anos passará por esta Casa o novo Plano Plurianual, cabe aos Vereadores analisar não só o orçamento do Município, mas também o orçamento do Legislativo e aí poderão decidir implementar uma ação no orçamento para a construção do novo espaço. No mais quero agradecer a confiança da Comissão Executiva, dos Srs. Vereadores. Agradecer o apoio que recebo de todas as diretorias desta Casa, especialmente, uma parceria com a Diretoria de Licitações, na época que eu estava à frente do DAF e foram feitas muitas melhorias no processo administrativo de contratação de materiais e serviços. Em relação a todas as mudanças que foram feitas de salas, quero agradecer, imensamente, o Setor de Patrimônio, a equipe da Adriana, por todo o apoio que nos deu. Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Ainda aproveito, Presidente, pela participação, e a Comissão de Economia vem requerendo alguns novos procedimentos, não sabemos se serão efetivos ou não, mas no processo até de consulta pública da LOA. Então, estamos conversando e o Presidente autorizou algumas novidades, algumas, ainda, estão encaminhadas, mas uma linguagem mais moderna, principalmente, na área de comunicação e da

informática da Casa, um hot site. Uma audiência pública, essa não sei se será possível, fora do horário de Sessão, no período noturno, para que a população possa participar. E, talvez, até Vereador Mauro Bobato, quem sabe alguma audiência pública nas próprias regionais para ouvirmos a população e estarmos mais perto. Sabemos que, infelizmente, vem diminuindo a participação da população, mas a Câmara Municipal está aberta e a Comissão de Economia tem a intenção de se aproximar e de ouvir mais a população. Acho importante esses encaminhamentos e o Presidente tem se mostrado muito solícito para que possamos agora, ainda no final do segundo semestre, ouvir a população como Câmara e como Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. De imediato, passo a palavra ao Secretário Vitor Puppi.- O SR. VÍTOR PUPPI:- Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Vereador Thiago Ferro, em nome de quem cumprimento todos os membros desta Comissão; Exmas. Sras. Vereadoras, Exmos. Srs. Vereadores; colegas da Secretaria de Finanças, a quem agradeço a presença; demais servidores, cidadãos presentes. Antes de iniciar a audiência, eu me permito fazer uma colocação sobre essa questão do prédio e do fundo que foi extinto na gestão passada. Na verdade, me parece é que o Vereador Chicarelli mencionou. Isso depende essencialmente também do orçamento do Poder Executivo, por quê? Porque o poder executivo, nos últimos anos, eu me refiro especificamente na última gestão, se acostumou a depender desses recursos para pagar despesas básicas, despesas correntes e do custeio do Município. Então, não faria sentido, por exemplo, se existir esse recurso disponível, como a Diretora Aline mencionou, deixar de pagar despesas como a previdência, por exemplo, e aí construir o prédio. A verdade é que nenhum recurso da Câmara foi suficiente para fazer frente às despesas correntes do Município. Nunca é demais lembrar que nos últimos dois anos da última gestão 2015 e 2016, foram deixados de passar para a previdência do Município quinhentos milhões de reais, que o cidadão curitibano vai pagar por quinze anos essa dívida com juros. É hoje a dívida mais cara do Município, 6% mais IPCA e ainda temos cento e noventa parcelas para pagar. O Fundo do Poder Legislativo, dentro da autonomia que é conferida pela Constituição ao Poder Legislativo, também depende de um orçamento equilibrado do Poder Executivo e é isso que estamos tentando fazer, tanto é assim que os recursos que tem retornado ao Poder Executivo foram direcionados para a manutenção da cidade, para aquisição de equipamentos da Guarda Municipal, enfim, despesas extras, digamos assim, que não estavam previstas no custeio básico. Foram acréscimos nas melhorias que o Município implementou para o cidadão. De toda forma, acho que a discussão é válida, mas deve passar sempre pela análise do orçamento do Poder Executivo, com toda a transparência e é isso que gostaria de falar um pouco também nessa apresentação de contas deste quadrimestre. Vamos começar pelo Nota Curitibana. Um breve retrospecto dos resultados desse programa em Curitiba, que foi um programa implementado em janeiro de 2018, comparando de janeiro a agosto de 2018 a janeiro a agosto de 2017, enquanto o programa não existia, tivemos um acréscimo de um milhão, setecentos e catorze mil notas emitidas em relação ao período anterior. Desse total, quinhentos e vinte e seis mil notas, o tomador é pessoa jurídica e de um milhão, cento e cinquenta e um mil notas, o tomador é pessoa física. Tivemos um acréscimo com relação ao tomador pessoa física, ou seja, aquela pessoa que pede a nota fiscal com o CPF, de 13% no período, o que é bastante significativo, comparado com o ano anterior. Só em agosto tivemos um acréscimo de 10%, comparado ao período anterior. Em números absolutos, para se ter uma dimensão da quantidade de notas fiscais no Município, nesse período em 2017 em torno de vinte e dois milhões de notas e em 2018 quase vinte e quatro milhões de notas fiscais emitidas. Então, no gráfico a coluna mais escura é 2017 e a mais clara 2018, com uma evolução bastante significativa do programa. Esse programa tem que ser constante, inclusive nos próximos dias vamos lançar mais uma campanha publicitária do programa, para estimular o cidadão à educação fiscal, a pedir a nota fiscal, enfim, que volta justamente em serviços para o contribuinte. O programa tem

dado certo, pretendemos ampliá-lo e divulgar ações específicas de fiscalização. O Presidente Serginho do Posto, também já direcionou essa sugestão para a Secretaria de Finanças e vamos fazer ações específicas de fiscalização para estimular justamente a emissão da nota fiscal. Aí a evolução de janeiro a agosto, como mencionei. Quantidade de notas emitidas, com um acréscimo de 13% em pessoa física e 11% quando o tomador é pessoa jurídica. Isso só agosto. O acréscimo de 10% em notas pessoas físicas e pessoas jurídicas 12%. Pode passar para o próximo. E aí justamente, reflete também um pouco no cenário tributário, que passamos a falar agora. Então, o ISS em termos nominais, ou seja, não computado inflação, cresceu 5,6%, quando comparado com o período do mesmo quadrimestre do ano passado. É uma evolução significativa embora ainda tímida, quando comparado o nível de arrecadação do município em 2012, por exemplo, mas vamos chegar no gráfico que mostra isso. 95% da arrecadação do ISS, é um dado interessante, diz respeito a segmentos acima de um milhão de reais, então o nosso ISS é bastante direcionado para segmentos que arrecadam, que produzem faturamento significativo acima de um milhão de reais. Então, por segmento apenas uma amostragem do quadrimestre, o que representa cada segmento, tivemos um maior crescimento na parte do apoio técnico, jurídico-contábil, ou seja, as consultorias, de assessorias, uma variação acumulada de 13% representando 16% da arrecadação do município. Saúde e assistência médica, é um setor bastante significativo do município, representa quase há 15% de arrecadação, tivemos também um acréscimo de 4,83%. Para mencionar onde diminuimos em dois setores, fotografia, fonografia e reprografia, em torno de 1,3% a menos que perdemos e o transporte, lembramos que o transporte do ISS, é o transporte intramunicipal, já que o transporte interestadual e intermunicipal é tributado pelo ICMS. Então, pode passar para o próximo. Aí é um dado interessante, a Câmara aprovou isso, constava do plano do Prefeito Rafael Greca, a redução do ISS para feiras, exposições, congressos e congêneres, e aí comparando com a arrecadação de 2017 com 2018, tivemos um acréscimo, não é uma arrecadação, considerando um montante do ISS do município, não é uma arrecadação tão expressiva, mas demonstra um acréscimo, demonstra que a política apresentou resultados pelo menos nesse início, de cento e setenta e três mil reais arrecadados neste setor em 2017, passamos para setecentos e oitenta e um mil reais arrecadados em 2018. Ainda esta mudança merece ser acompanhada, estamos acompanhando esse setor de perto, mas é um dado interessante já após a redução para esta atividade que foi aprovada aqui na Câmara Municipal. Ainda no ISS, e esse dado é bastante interessante, aqui a evolução é desde 2013 até 2018, então o ISS é uma montanha russa praticamente de quedas e subidas, vimos uma queda em 2013, subimos um pouco em 2014, tivemos em 2017, justamente o primeiro ano da gestão do Prefeito Rafael Greca, uma queda muito significativa, em torno de 10%, 10% em valores nominais, se pensarmos de um bilhão, duzentos, estamos falando em torno de cento e vinte milhões de reais, a que o ISS encolheu, vamos dizer assim, em 2017. É claro que após a aprovação do plano, como o processo tributário, o direito tributário não prescinde de princípios anterioridade nonagesimal, enfim, estamos começando a sentir os efeitos das mudanças agora em 2018. Aliás, um setor que também deve apresentar mudanças significativas é o da construção civil, em que implementamos um novo sistema de arrecadação que está disponível, já está funcionando, mas ainda é facultativo, vai se tornar obrigatório. E em primeiro de janeiro de 2019, após as mudanças aprovadas aqui na Câmara, e que vão sim, apresentar um acréscimo interessante de arrecadação e tornar o processo eletrônico, que é mais importante para termos de fiscalização e inteligência fiscal. Então, tivemos um acréscimo de 1,38% real em 2018, mas ainda é tímido com relação aos exercícios anteriores. Então, o ISS arrecadado conforme a nossa meta de arrecadação, ele é melhor do que em 2017, principalmente em razão da queda de 2017, estamos já em 67%, devemos chegar em torno aí de 100% do ISS ou próximo disso, na nossa meta de arrecadação. Com relação agora ao IPTU. O IPTU é um

imposto que, diga-se a verdade, desde 2014, com a aprovação da gestão passada da nova planta genérica por assim dizer, tem uma evolução constante. Então, representou, comparado ao ano passado, principalmente em razão também da manutenção daqueles limites de crescimento do tributo já da gestão passada, é bastante significativa. Uma evolução real de 6% na arrecadação do IPTU. Então, o IPTU vem compensando a queda do ISS no município de Curitiba, agosto por exemplo, um mês interessante, enquanto em trinta e oito milhões arrecadados em 2017, nós arrecadamos quarenta e oito milhões em 2018. E assim por diante, juros de trinta e oito e cinquenta, enfim, é um juro bastante significativo e que tem compensado a queda dos outros tributos e, principalmente, das transferências constitucionais, em especial, do ICMS, mas esse é um dado que eu tenho dito sempre na Câmara, nessa Câmara Municipal e vou também frisar no decorrer da apresentação. Então, a evolução real do período do IPTU com relação aos exercícios anteriores, percebam a que a aprovação da planta foi em 2014, para efeitos futuros e o IPTU vem apresentando resultados bastante interessantes desde então. Valendo lembrar que o IPTU incide sobre o valor, a base do valor venal, é a base real dos imóveis, é o valor efetivo de venda, por assim dizer, valor efetivo real do imóvel. O que temos em Curitiba ainda, é uma base menor do que o valor real, por isso a necessidade dos limitadores para que o crescimento não se dê de forma abrupta de um dia para o outro, e também mantendo os níveis de arrecadação no município. Pode passar para o próximo slide. Então, no IPTU já arrecadamos 83% em comparação com 77% em 2017, essa arrecadação acontece, porque boa parte do imposto é pago à vista, no mês de fevereiro. Então, nos aproveitamos inclusive para fazer essa caixa, pagar o décimo terceiro dos servidores, que adiantamos 50% em junho, e vamos pagar conforme determinação do Prefeito, a segunda parte do 13º em 22 de novembro, esse é um recurso garantido já aqui temos reservado já para pagar o 13º do servidor ainda em novembro. Aí o ITBI, principalmente depois daqui da aprovação pela Câmara Municipal, já mais de um ano do plano de recuperação, talvez essa tenha sido a principal mudança em termos tributários e que apresentou resultados mais significativos para o município. Lembrando que, a principal mudança na sistemática de cobrança do imposto, enquanto que antes se cobrava no registro, na matrícula do imóvel, passou a se cobrar na escritura do imóvel. Então, tínhamos muitos contribuintes que faziam uma compra e venda de imóvel e não registrava na matrícula, isso é muito comum. Então, hoje em dia, a pessoa já faz o pagamento do ITBI na escritura, também eliminamos aquela alíquota intermediária de 2,4%, aí ficamos em 2,7% da alíquota máxima, por assim dizer, lembrando que outros municípios cobram 3% ou até 3,5% do ITBI. Então, tivemos uma evolução muito significativa no ITBI, essa sistemática entrou em vigor em abril de 2018, então comparando-se, por exemplo, agosto, vinte e cinco milhões em 2017, para em frente trinta e sete milhões em 2018. Então, assim por diante, acho que temos aqui o agosto em específico, um aumento de 47% em agosto, comparado com o mês anterior. Então, é a sintomática do sucesso da aprovação por essa Câmara Municipal, a do plano de recuperação da Cidade, mas tem mais reflexos que eu vou mostrar adiante. Então, ainda o ITBI, percebam que embora isso é importante frisar, embora esses ganhos que o município tem observado no período de um ano, seja muito significativo, nós ainda estamos longe da arrecadação do município em 2012, em 2015, 2015 foi um ano fantástico para o município em termos de arrecadação. Estamos trabalhando com uma média de arrecadação de tributos próprios, falando em ISS principalmente em ITBI de 2012. Estamos melhorando, mas a nossa realidade não é melhor do que era nos últimos anos, então tivemos uma queda muito significativa em 2016 e aí o resultado, realmente, da crise do Brasil, o setor do imobiliário caiu de forma bastante significativa, mas temos recuperado em razão dessas medidas que foram implementadas. Pode passar. Com relação à nossa meta do ITBI em 2018, estamos em 76% comparados com 2017, 63% vamos também certamente atingir a meta. E o que significa atingir a meta? Significa que o

município não contingenciará recursos do seu orçamento, porque se o município não atinge a meta, ele precisa cortar. E como temos um orçamento bastante enxuto com relação ao custeio do município, teríamos esse custo, cortar no próprio custeio. Então, isso significa que não temos previsão de contingenciamento até o final do ano. O orçamento é um orçamento real, sem nenhuma previsão, sem nenhum exagero com relação a previsão de receitas, isso é importante para mostrar responsabilidade também com o trato do dinheiro público. Então, a evolução da receita tributária, no trimestre os principais tributos a taxa, em especial, a taxa do lixo também aprovada aqui na Câmara com o plano de recuperação da Cidade, teve um crescimento de 33%, isso significa que não faltam recursos, sempre há um lapso com razão da inadimplência, mas não faltam recursos como faltava no momento anterior, para pagar o contrato de lixo, que é o maior contrato da Cidade. É bom lembrar que o contrato de lixo no orçamento de 2017, o primeiro orçamento do Prefeito Rafael Greca, apresentava um deficit em torno de sessenta a setenta milhões de reais. E eu já mostrei aqui a fatura de lixo era paga com um atraso médio de noventa e três dias, na gestão passada, o que é de uma tremenda responsabilidade, porque agora a empresa de lixo cobra trinta e oito milhões de reais do município a títulos de juros do cidadão curitibano. Essas coisas precisam ser sempre lembradas, porque essa conta vai chegar e vai ser apresentada uma hora, seja via precário, seja por meio de pagamento ou acordo judicial, isso, realmente, vai vir para o município, porque é uma empresa, um prestador de serviço, obviamente não vai bancar por si o atraso no município. Quero também falar, comunicar aos Vereadores e Vereadoras, que hoje não existe nenhuma conta atrasada no município. O município paga religiosamente em dia todos seus fornecedores, todos os seus servidores, enfim. Claro, existe o processo de pagamento normal na administração pública, aí de liquidação, mas temos orgulho de dizer que nós não temos absolutamente nenhuma conta atrasada no município. Então, tivemos aí o nosso ISS como eu disse em 1,37%, o ITBI em crescimento de 14,23% e o IPTU 6,11%, crescimento real já descontado a inflação no período. E aí a receita tributária por ano, talvez esse seja o gráfico mais interessante, eu queria chamar atenção para o ISS, essa linha de cima, marrom parece vermelha, mas é marrom, em que em 2019, nós temos uma previsão já para a LOA, que será encaminhada também a essa Câmara Municipal, de um bilhão, cento e doze milhões, mas percebam que este valor é muito menor, por exemplo, do que já foi em 2015. Um bilhão, duzentos e quarenta e oito milhões de reais, então quando em alguma oportunidade, se houve se dizer da crise financeira do município, do Brasil, durante a gestão anterior, é bom lembrar que o auge da arrecadação do ISS, o principal tributo do município, se deu justamente no ano de 2015. Em termos de ISS, a nossa arrecadação está ali no patamar de 2012, em torno de um bilhão, cento e sessenta e nove milhões, naquele exercício. O IPTU como eu disse, é o único tributo que vem crescendo nos últimos anos, rigorosamente. O IPTU teve o seu auge em 2014, caiu drasticamente em 2016. E estamos ali em trezentos e cinquenta e dois milhões, ou seja, em níveis inferiores também à gestão passada. Estas mudanças, esses incrementos que foram aprovados, eles já estão trazendo resultados mas também a médio prazo, a arrecadação ela se recupera principalmente no município, ao contrário do Estado, por exemplo, que tem a capacidade de aumentar a alíquota do ICMS, enfim, no município é mais difícil. No município as receitas tributárias são mais engessadas, por assim dizer. Então, não existe uma mudança repentina que se possa aumentar, ao contrário do Estado, talvez uma exceção seja a taxa de lixo que era limitada ao IPTU e essa sim, tivemos um acréscimo bastante significativo, que a taxa de lixo, essa última ali embaixo vimos em cem, cento e catorze milhões e temos uma previsão de cento e setenta e sete milhões. Quanto custa o lixo do município? Em torno de duzentos milhões de reais. Essa diferença de dezesseis milhões esperado neste exercício é a inadimplência da taxa de lixo que é coberta pelo recurso do Tesouro. Então, não é mentira dizer que o Tesouro ainda subsidia o lixo, mas com relação a inadimplência da taxa. E agora os

nossos repasses constitucionais. Até aproveitando a oportunidade, sei que inúmeros Vereadores são candidatos a uma cadeira na Assembleia Legislativa, e Curitiba precisa, de forma urgente, rever essa sistemática de distribuição do ICMS. Nós perdemos, em comparação com 2013, também na gestão passada, oitocentos e sete milhões de reais de arrecadação no ano, para seiscentos e vinte e nove milhões. Nós estamos falando de cento e oitenta milhões de reais de diferença com comparação com 2013, em valores reais. Isso é uma taxa de lixo por ano. Então, o Município vem perdendo de forma bastante significativa recursos do ICMS. Existe uma lei estadual que estabelece parte dos critérios de distribuição do ICMS e, quem sabe, isso pode ser gerenciado perante o Legislativo Estadual para que cidades como Curitiba, que prestam boa parte dos serviços também para a Região Metropolitana, possam se beneficiar da sua fatia constitucional do ICMS, que vem caindo e é muito preocupante para o Município. Essa subida dos tributos próprios, Curitiba arrecada em torno de 60% de recursos próprios, e 40% de transferências, ela vem compensando a queda principalmente no ICMS, que é a nossa segunda principal receita, atrás apenas do ISS. Aliás, o IPTU agora passou o ICMS. O IPTU, em torno de setecentos milhões de reais a arrecadação. E o Fundo de Participação dos Municípios, que se mantém praticamente estável, ou com um crescimento muito pequeno, quando comparado até com 2012. Então, quero mostrar para as senhoras e para os senhores que essa melhoria no Município tem acontecido na arrecadação mas, quando comparado com exercícios anteriores, ainda é tímida. Nós precisamos aumentar esses valores. Temos feito um trabalho incessante nesse sentido, até porque os serviços prestados aos cidadãos não diminuíram, continuamos com as UPAs, abrimos os CMEIs que estavam fechados, e isso significa um acréscimo no custeio do Município. Então, o Município vem gastando mais, obviamente, do que gastava antes, e precisa manter, nesse sentido, a sua arrecadação. Vimos a parte das receitas, e agora veremos as despesas. Eu acho que o quadro mais sintomático são os recursos na saúde. Estou aproveitando a oportunidade de estar nesta Câmara para fazer a introdução de alguns aspectos mais pontuais, por assim dizer, das finanças públicas do Município e não só do quadrimestre. Esse quadro aqui é bastante sintomático. Percebam os senhores que esse é o orçamento da saúde no Município de Curitiba, considerando apenas recursos próprios, sem considerar os repasses do SUS, que pagam boa parte das despesas, mas nós estamos falando aqui dos recursos do Tesouro Municipal na saúde, os valores orçados. Esse é aquele valor que as senhoras e os senhores aprovam no orçamento da Cidade a cada ano. Percebam que em 2016 o orçamento da saúde com recursos próprios era de apenas dezessete milhões de reais, enquanto se gastava em torno de cento e cinquenta e cinco. Na verdade era muito mais, porque as despesas passavam a serem pagas no ano seguinte, por fora do orçamento. Então, nós tínhamos um orçamento que era uma verdadeira catástrofe, por assim dizer, do ponto de vista de planejamento. Como que se pode pensar em um orçamento inicial de dezesseis milhões de reais, enquanto uma Secretaria gasta em torno de cento e oitenta, duzentos milhões de reais por ano. Só uma parcela do contrato da Feaes, me parece, posso estar equivocado, é em torno de quinze milhões de reais. Ou seja, em 2016, deve ter sido paga a primeira parcela no orçamento da Feaes, e o orçamento acabou. Então, o que o recurso da Câmara, os cinquenta e oito milhões, a que fim vieram no Município? Para cobrir esse tipo de despesa. O que nós temos feito? Nós temos melhorado progressivamente o orçamento da saúde. Percebam que em 2017 conseguimos chegar a setenta e um milhões; em 2018, cento e quatorze milhões; e o orçamento que vem à Câmara Municipal com recursos do Tesouro, isso já deflacionado, o nosso Diretor de Orçamento, Carlos, deflacionou o valor de 2019, na verdade o valor nominal é cento e noventa e oito milhões de reais para 2019, ele já é bem próximo do que vai ser gasto na saúde. Acho que temos aqui uma previsão de duzentos e três milhões de reais em 2018, até o final a nossa previsão de gastos com recursos do Tesouro. Isso significa que a secretaria tem condições de planejar as suas ações até o final do ano.

E não é só na saúde que isso aconteceu, talvez o mais impactante seja justamente na previdência dos servidores, o nosso valor do IPMC. Então, percebam que o município não tinha orçamento em 2015, 2016, 2017, no primeiro ano do Prefeito Rafael Greca tinha orçamento zero para os aportes da previdência, justamente por isso, que o município deixou de pagar os quinhentos milhões de reais em 2015, 2016. Então, tivemos que fazer um exercício hercúleo de gestão financeira e orçamentária para encaixar trezentos e vinte e um milhões de reais dos aportes do município no orçamento. Isso não é pouca coisa, trezentos e vinte e um é quase a metade de arrecadação de IPTU do município. E se somarmos isso àqueles recursos da saúde, do gráfico anterior, os duzentos milhões, construímos, por assim dizer, um espaço orçamentário de quinhentos milhões de reais com relação a só esses dois itens, a saúde e previdência. Não é pouca coisa, justamente o orçamento de 2019, que vai ser encaminhado à Câmara, é um orçamento muito equilibrado do ponto de vista de custeio do município. Temos acompanhado a situação da Argentina, por exemplo, li hoje no jornal, em que se busca o deficit zero, por quê? Porque o ente público acaba gastando mais do que arrecada. Então, precisamos dar condições de planejamento para as secretarias, e cobrir pelo orçamento aquelas despesas obrigatórias como a previdência dos servidores. Aí o panorama das dívidas, queria trazer para os senhores aquele valor das despesas sem empenho dos seiscentos e quatorze milhões de reais e aonde estamos hoje. Então, dos seiscentos e quatorze milhões de reais, nós novamos por meio da lei também aprovada aqui com o plano de recuperação, em torno de cento e noventa e três milhões de reais, o nosso maior credor é a empresa de lixo a CAVO. Tínhamos dívidas do IPMC tanto da parte patronal, que não foi paga, como dos aportes, fora os quinhentos milhões de reais que não foram pagos, cento e setenta e cinco milhões de reais que parcelamos junto ao IPMC, em duzentas parcelas e estamos pagando essa dívida em dia. Os nossos credores, abaixo de trezentos mil foram pagos, acima de trezentos mil temos ainda noventa milhões de reais a serem gerenciados junto ao ICI. Já adianto que a questão do ICI é em torno de trinta milhões, esses noventa, o restante é quase que tudo. A FEAES, mas essa é uma provisão de recursos em caso à rescisão, estamos tratando também esse número, mas o ICI depende também de um acordo judicial a ser homologado na Justiça, ainda está em trâmite nessa questão de ICI, que depois deverá receber a sua parte por meio de parcelamento e por meio do leilão da reverso ou do leilão holandês, como o Prefeito costuma chamar. A nossa dívida com o ICS temos pago também, vale lembrar, que a gestão anterior, por não ter recursos orçamentários, deixou de pagar em torno de trinta milhões de reais, um pouco mais, na verdade, para o ICS, apuramos que esse número é um pouco maior, temos pago em dia esse valor, os credores abaixo de trezentos mil, quitamos todos e também a saúde quitou as despesas que havia deixado sem empenho, por assim dizer, com os recursos do SUS. Com relação à novação aos nosso credores, tínhamos setecentos e trinta credores, principalmente os pequenos, hoje, temos em torno de trinta credores, temos um saldo em torno de cem milhões de reais, principalmente o nosso maior credor é a empresa CAVO. Temos pago por meio de parcelas e também por meio de leilão de dívidas. O nosso deságio médio no leilão das dívidas tem sido em torno de 19%, já pagamos em torno de quarenta e oito milhões de reais, o que deu uma economia de nove milhões, porque o valor descontado foi de trinta e nove milhões de reais. Com relação aos investimentos, também gostaria de adiantar a questão da LOA de 19 para fins de cenário. O Município vai destinar em torno de 7.82% do seu orçamento para investimentos: duzentos e quinze milhões de reais, recursos do tesouro; e quatrocentos e noventa e um milhões, recursos de outras fontes, incluindo recursos do Ministério das Cidades, recursos também de convênios celebrados com o Estado do Paraná. Aí um demonstrativo dos contratos. Nós temos contratos concluídos em 17, em 18, de investimentos e obras: sessenta e três milhões; cento e três milhões de reais; contratos em andamento, setenta e quatro contratos, representando seiscentos milhões de reais; contratos aguardando ordem de serviço,

empenho e em licitação, cento e sessenta milhões de reais. Então, o Município tem cento e setenta e oito contratos, entre concluídos e em andamento, o que dá oitocentos e sessenta e quatro milhões de reais, uma carteira de investimentos do Município, por assim dizer. Agora vamos aos nossos resultados do quadrimestre, em especial após essa apresentação do cenário financeiro e econômico. Com relação às receitas apuradas do Município até agosto de 2018, uma previsão inicial até o final do ano de sete bilhões, trezentos e cinquenta e quatro milhões de receitas correntes, já temos realizado 70%, cinco bilhões, cento e cinquenta e seis milhões. Receitas de capital, trezentos e dezoito milhões, temos já realizado noventa e cinco milhões. Receita intra orçamentária, um bilhão e quarenta e dois, também em torno de 71%, setecentos e quarenta e seis milhões de reais para um total de oito bilhões, setecentos e quinze milhões de reais, e um total arrecadado de cinco bilhões, novecentos e noventa e oito milhões de reais, quase seis bilhões de reais arrecadados até agora. Sem a receita intra orçamentária, ou seja, do RPPS, temos cinco bilhões, duzentos e cinquenta e dois milhões de reais, um crescimento real de 1.99% quando comparado a 2017. Aí a nossa evolução da receita, é mais um gráfico parecido com aquele que eu mostrei, mas agora em termos de valores. Então, como eu disse, o IPTU até agosto de 2018 arrecadou quinhentos e noventa e quatro milhões; o ITBI, duzentos e vinte; o ISS, setecentos e oitenta e um milhões de reais; o imposto de renda retido na fonte, principalmente dos tomadores de serviço do Município e também dos servidores, esse imposto volta para o Município, arrecadamos duzentos e vinte e cinco milhões de reais; taxas, em especial a taxa de lixo, cento e sessenta e cinco milhões de reais; contribuição de melhoria é um valor pequeno, temos pensado num programa futuro de contribuições e melhoria, em torno de quinhentos e trinta e seis mil reais. É um valor ainda bastante tímido, e isso é um valor em dívida ativa, a bem da verdade, para o Município. E aí a nossa montanha russa de evolução da receita tributária, como que tem se comportado nos últimos anos. Percebam que o IPTU, que é essa linha azul, é um imposto mais estável quando comparado, principalmente, com o ITBI, muito sensível à economia e às variações do mercado, e ao ISS, também no setor de serviços de Curitiba. Aí as transferências correntes, isso ainda no quadrimestre. Nós tivemos transferências de convênio bastante significativas para o Município. Convênios com o Estado do Paraná, em especial, tivemos um acréscimo bastante significativo, aqueles convênios correntes, a receita do Estado, trinta e oito milhões de reais que foram destinados ao FUC. Nós tivemos um crescimento bastante expressivo, próximo na verdade com um valor inferior ainda ao que era repassado em 2014. Em 2014 o tesouro do Estado, eu mesmo estava nessa época no tesouro do Estado, repassava em torno de cinco a seis milhões de reais por mês ao Município de Curitiba por meio da Comec. Nessa feita, nesse exercício o Município recebeu trinta e sete milhões de reais, trinta e oito milhões de reais, algo assim, um valor ainda inferior ao que era antes da desintegração do transporte coletivo na Cidade. O nosso Prefeito retomou a integração, mas ainda também está recebendo um valor menor do que era nas gestões passadas. E aí os crescimentos por tributo e também os decréscimos. É bom chamar a atenção das transferências sempre, daquelas transferências que não dependem do trabalho da Secretaria de Finanças, depende tanto do trabalho do Estado como dos critérios estipulados em leis. Nós temos perdidos um pouco do Fundeb, quase 1%, comparado com o exercício anterior, e IPVA também perdemos quase 2% e ICMS 12,7%, isso comparado ao exercício anterior. Volto a dizer a perda de ICMS para o município de Curitiba é muito significativa e é interessante que façamos uma gestão, um estudo, para verificar o que é possível em termos de legislatura estadual.- A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Secretário, só uma dúvida, senão depois passa batido. O Fundeb e o IPVA não houve uma queda. O verde é 2018, é isso? O SR. VITOR PUPPI:- Ah, está invertido, de fato. Mas houve uma queda, porque o Fundeb é justamente vinculado ao ICMS. Então, quando o ICMS cai, o Fundeb em boa parte cai também. Nós tivemos ano passado aquelas antecipações do Governo

Estadual e isso deu um reflexo com relação ao Fundeb. Mas a Vereadora tem razão, está invertido o nosso gráfico. Vamos corrigir antes de publicar esta apresentação. Com relação às despesas. As despesas correntes, uma previsão de seis bilhões, novecentos e um milhão de reais, aí inclui os recursos da folha dos servidores do município e também os recursos de custeio, já realizamos quatro bilhões e quatrocentos e setenta e quatro milhões de reais - 64% das despesas. As despesas de capital - seiscentos e vinte e cinco milhões para duzentos e oitenta e sete milhões de reais, reservas cento e quarenta e seis milhões de reais, isso boa parte, salvo engano, vamos pagar precatórios ainda, não pagamos precatórios, vamos pagar no final do ano; despesas intra orçamentárias, um bilhão e quarenta e dois, já gastamos setenta e cinco bilhões de reais. Então, as nossas despesas, em termos reais, estão crescendo menos do que o crescimento da receita, o que é bastante interessante e bastante significativo do ponto de vista de equilíbrio fiscal. Se resgatarmos aquelas apresentações no passado, eu diria aos senhores que o município levaria um tempo para se equilibrar, porque as despesas do município eram pagas por fora do orçamento. Hoje não temos absolutamente nada por fora do orçamento. Então, percebam que o crescimento da despesa em termos reais é de 0,55%, é um número verdadeiro agora em 2018 e também o será em 2019, com a aprovação da LOA. Despesas correntes, temos pessoal e encargos sociais em números brutos, já liquidamos dois bilhões, duzentos e cinquenta e cinco milhões de reais para pagamento de pessoal e encargos, juros pagamos vinte e seis milhões de reais, outras despesas correntes pagamos dois bilhões, cento e noventa e um milhões de reais, isso em números absolutos. Com relação à nossa dotação orçamentária e as despesas até agora. Pessoal e encargos sociais - 63%, já incluído aquela metade do décimo terceiro que pagamos em junho; juros e encargos da dívida - 52%, e outras despesas correntes - 66%. Por que o número de despesas correntes o percentual é maior? Porque estamos empenhando em termos globais as despesas. Então, já estamos garantindo o empenho para aquelas despesas que são obrigatórias. O município implementou em 2017 uma nova ferramenta chamada Programação Real da Despesa - PRD, em que é possível para cada Secretaria e também para a Finanças verificar o total de contratos, o quantitativo dos contratos em cada Secretaria. Isso nos dá uma visão mais próxima para o fechamento do exercício. Então, já sabemos de antemão, em valores bastante próximos, o quanto cada Secretaria vai gastar até o final do ano. A evolução das nossas despesas correntes comparado com 2017 - dois bilhões, cento e dois milhões para dois bilhões, cento e noventa e um milhões de reais, um acréscimo real descontado inflação de 0,06%. Quero mencionar que em 2017 colocamos muitas despesas para dentro do orçamento, despesas de exercícios anteriores que não haviam sido pagas e que reconhecemos e incorporamos ao orçamento de 2017. (slides) Despesas de capital, amortizações, inversões e investimentos. Em amortização da dívida já pagamos cento e sessenta e cinco milhões de reais, estas são as dívidas tanto com os credores da Prefeitura, quanto com a parte previdenciária, enfim, a parte tributária, já amortizamos cento e sessenta e cinco milhões de reais. Inversões financeiras são os aumentos de capital para as empresas públicas, em especial, para a Cohab e para a Urbs. A Cohab é a que leva, por assim dizer, a maior parte do recurso. E investimentos, cento e onze milhões de reais já realizados. (slides) Despesa de capital, o quanto já gastamos, amortização da dívida 86.50%, em especial são os leilões que estamos realizando para pagar a dívida passada; inversões financeiras em torno de 70% e investimento em torno de 26%. Ou seja, ainda temos um quadro interessante para investir na cidade, os recursos devem ser empenhados no segundo semestre. (slides) A evolução das despesas de capital, comparado com o exercício passado, duzentos e quatorze milhões de reais para duzentos e oitenta e sete milhões de reais, nós crescemos 30% em despesas de capital, vale dizer investimentos, amortização da dívida em especial quando comparado com o ano passado. Então, estamos, principalmente na dívida, salvo engano é o próximo quadro, temos pago muito mais dívida do que pagamos no

ano passado, porque tivemos de reconhecer as dívidas da gestão passada. Investimentos, são em grande parte os convênios que o município fez para o asfalto, enfim, para recuperação da malha viária da cidade, já temos empenhados sessenta e sete milhões de reais, o que é bastante significativo quando comparado com 2015 e 2016, quando se empenhou seis milhões de reais em 2015; em 2016, vinte e um milhões de reais; em 2017, seis milhões de reais, mas em 2018 temos sessenta e sete milhões de reais em outros investimentos, principalmente, asfalto, os convênios, essa rubrica na cidade. Amortização da dívida, temos pago mais dívidas, porque temos ainda um estoque para pagar de dívidas de setenta e nove milhões em 2017, já pagamos cento e sessenta e cinco milhões de reais em 2018. (slides) Nosso resultado primário nominal. Lembrando que o resultado primário se consolida no final do exercício, então, ele vai mudar. A metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional também mudou quando foi estipulado a meta para o resultado nominal... (ausência de som) ...o nosso resultado agora. O nosso resultado primário negativo, a previsão em trezentos e oito milhões de reais, estamos positivo em quinhentos e sessenta e quatro milhões de reais, esse número deve cair até o final do exercício, porque ainda vamos empenhar gastos com pessoal até o final do ano. Resultado nominal, temos uma mudança de trinta e cinco negativo para setecentos e trinta e sete milhões, significa que o Município reduziu ou tem capacidade de reduzir a sua dívida em setecentos e trinta e sete milhões de reais. Para uma receita corrente líquida prevista de sete bilhões, setecentos e oitenta e nove milhões de reais, com deduções obrigatórias, seguridade social de servidor, compensação entre os regimes de previdência e também os recursos do Fundeb, uma receita corrente líquida ainda com o FUC de sete bilhões, cento e vinte e nove milhões de reais, prevista até o final do exercício. (slides) Em relação às nossas metas e limites. Nosso limite com gastos de pessoal está, já deduzido o FUC, em 42.45%, já abaixo do limite prudencial de 51.30%, acho que temos um gráfico com a evolução dos nossos limites. Então, percebam que em 2016 se chegou a 49%, nós estamos numa trajetória de mais instabilidade com relação as despesas de pessoal para 42.45%. Esse percentual ainda não inclui algumas rubricas de serviços de terceiros que estamos estudando se vamos incluir, por orientação do Tribunal de Contas. Nossos limites com a dívida consolidada, estamos bem abaixo. Isso é nossa dívida líquida negativa, significa que o município tem mais capacidade de pagamento da dívida do que a dívida em si. É uma dívida líquida negativa em 7.13%, que é um indicador bastante saudável para o município com relação à dívida consolidada líquida. Estamos bem abaixo dos dados e talvez esses também, chamo a atenção, até me perdoem pela extensão da apresentação, mas sempre tento aproveitar ao máximo as minhas visitas à Câmara Municipal. Essa aqui é a nossa dívida do exercício anterior. Percebam ali o que é um orçamento realmente desorganizado. Nossas dívidas do exercício anterior vinham subindo escalonadamente até duzentos milhões de reais em 2016. O que significa isso? Que o orçamento do ano seguinte era consumido para pagar despesas do exercício anterior, que eram pagas com atraso, em duzentos milhões. A nossa estimativa em 2017 era em torno de quatrocentos milhões de reais, se não fosse aprovado o plano de recuperação da cidade. Então, percebam que diminuimos já em 2017 para sessenta e seis milhões de reais e estamos em torno de seis a sete milhões de reais agora em 2018, 5.94%, mas tivemos algum acréscimo de trezentos a quatrocentos mil, acredito, em torno de seis a sete milhões de reais. Esse é o gráfico mais expressivo. Na verdade qualquer secretário de finanças que viesse à Câmara Municipal poderia começar a apresentação por esse gráfico, que é um gráfico que vai dizer muito sobre a saúde financeira do município. Nossa meta, obviamente, é sempre zero, mas essa também é uma rubrica que acaba comportando despesas que às vezes não foram empenhadas por razões operacionais, enfim, então ela tem uma razão de existir. Mas não pode ser com relação ao que aconteceu no passado de se pagar e torrar o orçamento do exercício corrente com despesas do exercício anterior. Aquela linha azul são os recursos da novação. Percebam que nós,

na verdade, estamos diminuindo os recursos destinados à novação e devemos até o final da gestão, pelo menos pretendemos, pagar a integralidade dessa dívida com os nossos credores. Aproveitando, só com relação àquele gráfico anterior, precisamos ser bastante vigilantes com relação a essa parte orçamentária. A LOA que vai ser encaminhada aqui para a Câmara com o exercício de 2019 já prevê essa despesa de custeio de forma equilibrada. Já estamos contemplando essas despesas obrigatórias, em especial a previdência, saúde, no orçamento de 2019. Com isso justamente evitamos esse quadro de irresponsabilidade financeira de se pagar ou de se utilizar recursos orçamentários do exercício corrente para pagar aquelas dívidas do passado. A assessoria aqui já me esclareceu a pergunta da Vereadora Josete, a colocação, na verdade o gráfico estava correto. Eu peço desculpas, mas o gráfico estava correto. Os números são os nominais, em absoluto, e aquela variação é a variação real. Então, a barra significa o valor nominal, mas, descontada a inflação, tem uma diminuição no valor. Bom. Voltamos. Para mostrar como os números batem, né? Percebam que, em 2016 para 2017, essa é a dívida do Município. Então, percebam um acréscimo de um bilhão e noventa e oito milhões na dívida de 2016, para um bilhão e meio na dívida de 2017. O que são esses quinhentos milhões de reais? Em síntese, é a novação, mais previdência, mais Instituto Curitiba de Saúde, mais dívidas que não foram pagas e que foram transformadas em dívida fundada, ou seja, aquela dívida exigível para mais de doze meses, a longo prazo. E aqui a nossa dívida consolidada líquida embaixo, que significa o quê? Significa a nossa capacidade, principalmente, de pagamento da dívida; quanto menor, melhor. Estamos melhorando desde 2017; até 2019 temos uma posição bastante confortável no que diz respeito à dívida, à administração da dívida do Município. Próximo slide. Bom. Aí é a nossa dívida externa, o quanto representa a nossa dívida externa: no Fonplata, em torno de 40%; BID, 25%; e Agência Francesa, 34%. Esses percentuais da dívida externa do Município pertencem a essas instituições financeiras internacionais. E aí a nossa dívida interna. Ou seja, justamente aquele gap de quinhentos milhões de reais entre 2016 e 2017. Qual é a nossa maior dívida interna? É essa coluna cinza aqui, que diz respeito aos recursos devidos à Previdência, ao IPMC: quatrocentos e dezenove milhões de reais de recursos que não foram pagos entre 2015 e 2016. Salvo engano, em 2014 esta Câmara também aprovou a repactuação de uma parcela que não havia sido paga. Depois disso, temos dívidas com a Caixa Econômica, parcelas a serem pagas; depois a novação, ou seja, aquela dívida da gestão anterior que ainda estamos pagando.- A Sra. Noemia Rocha:- Só um minutinho, Secretário.- O SR. VITOR PUPPI:- Pois não.- A Sra. Noemia Rocha:- É tão importante esse tema. Eu gostaria de pedir verificação de quorum, Presidente. Estamos sem quorum aqui, neste momento.- O SR. OSIAS MORAES:- Para formular requerimento, Sr. Presidente. (Assentimento). Devido ao tema, Presidente, e ao horário, quero pedir prorrogação da audiência por mais vinte minutos.- O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal do Vereador Osias Moraes solicitando prorrogação da audiência por mais vinte minutos. (Pausa). APROVADO. Atendendo ao requerimento da Vereadora Noemia Rocha, solicito aos Srs. Vereadores que registrem suas presenças, para verificação de quorum.- Os Srs. Vereadores registram suas presenças no painel eletrônico.- O SR. PRESIDENTE:- Encontram-se presentes 25 (vinte e cinco) dos Srs. Vereadores, havendo quorum para a continuidade dos trabalhos. Devolvo a palavra ao Sr. Secretário Vitor Puppi.- O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço e prometo que vou acabar rapidamente, até me perdoem pela extensão da apresentação, mas tento fazer de forma mais completa possível e transparente para trazer a realidade sempre e a verdade à Câmara. Aqui um item que não tinha trazido até agora e que vamos ter que enfrentar no orçamento de 2019. A evolução dos precatórios devido pelo Município ao longo dos anos. Então, percebam que em 2004, 2005, em torno de seis milhões de reais, pagava-se de precatórios. Esse número foi subindo para treze, vinte, caiu para nove em 2010. Teve um número bastante maior em 2012, sessenta e nove milhões de reais, salvo engano, também foi

da dívida da empresa Cavo, é um valor de juros que não foram pagas as parcelas em dia, que foi pago só em 2012 por meio de precatórios. Em 2013 e 2014 esses números caíram de forma bastante significativa, até dezesseis milhões em 2015. Então, vejam, em 2015 é aquele número de tributos que havia mencionado para os senhores e senhoras. Nós tivemos o auge da arrecadação de ISS em 2015 e a gestão ainda foi agraciada com um número pequeno de precatórios para pagar, em torno de dezesseis milhões de reais. Não tivemos a mesma sorte. Infelizmente, estamos pagando só em 2017, 2018 e 2019, trinta e oito, mais cento e treze, mais cento e quatorze milhões, agora, em 2019. Isso significa que em três anos vamos pagar duzentos e sessenta e seis milhões de reais em precatórios, em apenas três anos, de 2017 a 2019. Comparados aos cento e trinta e nove milhões que foram pagos em quatro anos na gestão passada. Então, além daquele espaço orçamentário para a previdência, além daquele espaço orçamentário para a saúde, nós temos também que garantir no orçamento de 2019 verbas obrigatórias, sob pena de sequestro constitucional, para o pagamento de precatórios da Cidade. O pagamento de precatórios está em dia, mas tivemos essa ingrata surpresa, assim dizer, de ter um pagamento muito superior ao que vinha sendo realizado nos exercícios anteriores. Boa parte deste pagamento se refere a desapropriações que o Município fez para o aterro do Caximba, isso em 2000, início da década de 2000, quando o Município desapropriou boa parte do Caximba. Então, o reflexo está sendo pago agora nesse exercício de 2019. O nosso limite com garantias está bem abaixo. Não temos superação de créditos com valores tão significativos, 3.36%, sendo que o máximo é 22%, também é um indicador bastante folgado, por assim dizer, para o Município. Limites com operações de créditos. Interno e externo seriam dezesseis e nós temos aí 0,11% de operações. Então, também, é um índice bastante folgado. Isso acontece em todos os Municípios, com exceção do Município de São Paulo, que tem um limite para operação de crédito, enfim, utilizado um pouco maior. Na grande e esmagadora maioria dos municípios brasileiros, esses limites são baixos, até porque os municípios têm dificuldades também de fazer muitas operações de crédito. Nossos limites com serviço e propagandas. Nosso limite na Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal, que foi aprovada também por esta Câmara no ano passado, nós temos um limite de 0.6%, estamos gastando 0.24%, em torno de dezesseis milhões de reais para o quadrimestre, bastante abaixo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Finalmente, essa é a última parte, nossos índices constitucionais. Vale dizer que os índices se confirmam ao final do exercício. Nós temos uma previsão de gastar na saúde até o final do exercício 20.4%, estamos em 19.9%. Curitiba gasta historicamente muito mais do que o limite na saúde. Volto a dizer, que gastar mais ou menos do limite não significa absolutamente nada, o que importa é eficiência e a inteligência no gasto e na gestão dos recursos públicos. Então, de toda forma, nós gastamos 19.9% até este quadrimestre e vamos chegar em 20.4%, é a nossa previsão. Na educação, nossa exigência é 25%. Prevemos 26,7% até o final do exercício e estamos em 24,8%, devemos chegar aos 26,7% ou algo em torno disso, até o final da lei orçamentária. Então é isso. Agradeço a atenção de todos. Peço desculpas pela extensão da minha apresentação e finalizo com o Programa Nota Curitibana, é um programa que tem dado certo para pedirmos sempre a nota fiscal, em benefício do Município. Muito obrigado, Sr. Presidente.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário Vitor Puppi. De imediato concedemos a palavra aos Vereadores da Comissão. Com a palavra o Vereador Mauro Ignácio.- O SR. MAURO IGNÁCIO:- Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Secretário pela apresentação. Observei que por várias vezes ele fez menção ao plano de recuperação, votado nesta Casa no ano passado e que se não fosse por esse plano, certamente Curitiba estaria num momento que está, embora não esteja num momento que gostaríamos, porque precisamos ter avanços maiores. Todavia, a oposição votou contra, mas hoje se beneficia de alguns avanços, com obras, manutenção de salários, novas contratações de servidores, mas há uma cobrança

ainda de emendas. Gostaria de saber exatamente, existe uma previsão de emendas de trinta milhões, inclusive a Comissão de Economia também está cobrando isso. Quero saber de onde se origina esse dinheiro para as emendas, se é emenda impositiva ou não. Outra questão também, que não percebi na apresentação, o valor necessário para pagamento da folha de salário dos servidores, que na apresentação anterior era quase 90% da arrecadação de Curitiba. Lógico que isso não é um demérito dos servidores, mas é em função da crise que caiu a receita. Pergunto se melhorou esse índice e de que forma está agora. Ontem foi feito nesta Casa, penso que é uma denúncia, que houve muita contratação emergencial na atual gestão. Colocaram como algo ruim, gostaria de saber, já que V. Exa. citou também que a Prefeitura está sendo cobrada em treze milhões da taxa de lixo não paga na administração passado, e entre esses contratos emergenciais está o de lixo e também da Risotolândia. Seriam essas considerações e gostaria de uma explanação sobre o assunto.- O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Ezequias Barros.- O SR. EZEQUIAS BARROS:- Obrigado, Sr. Presidente. A minha pergunta, Secretário, como Presidente da Frente Parlamentar de Políticas Sobre Drogas, uma das coisas que temos encontrado é a dificuldade de atendimento das comunidades terapêuticas e a questão é falta de recursos. Temos conversando e podemos ver que os recursos que tem ido para lá são as emendas parlamentares que alguns Vereadores tem mandado, mas que não podem ser usadas para atendimento às pessoas que precisam e querem tratamento contra o vício das drogas. Gostaria de saber do senhor o que pode ser feito. No mais parabenizar. Estava aqui comentando com o Vereador Osias da sua competência, da forma clara como o senhor coloca as questões e mostra os números que mudaram nesses um ano e dez meses de forma drástica e positiva. Tenho que parabenizá-lo pela forma como tem feito frente na Secretaria de Finanças.- O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Professor Silberto.- O SR. PROFESSOR SILBERTO:- Quero parabenizar o Secretário pela apresentação, que foi bem esclarecedora. É mais uma sugestão do que um questionamento. Sobre o Nota Curitibana, acho interessante e parabenizo a Prefeitura pela iniciativa, gostaria de saber se há a possibilidade de incluir as APMFs e APPFs das escolas como beneficiárias do programa, com uma indicação dos pais nesse sentido. Aí teríamos milhares e milhares de fiscalizadores pedindo mais nota. E outra coisa, se vocês têm o índice de inadimplência do pessoal que ainda não pagou nada sobre a taxa de lixo? Então, seriam esses dois questionamentos, porque eu me preocupo bastante com o endividamento da população mais carente da nossa Curitiba. Obrigado Secretário.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, Professora Josete.- A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Primeiramente, gostaria de colocar só uma observação, que o fundo que existia nesta Casa, é um fundo constituído com os recursos que legalmente são transferidos à Câmara. Essa é uma decisão política da Câmara de Curitiba, então quando foi extinto o fundo, foi uma decisão desta Casa e lembro, inclusive, que a maioria dos Vereadores foi favorável. Bem, mais para dar continuidade aqui ao nosso tema, reajuste – gostaria de saber sobre a previsão de reajuste para os servidores e a questão dos crescimentos dos planos de carreira. No ano passado foi aprovado aqui pela maioria a alteração da data base para 31 de outubro. E a Lei de Responsabilidade Fiscal, entre aspas, municipal, que determinou que haveria reajuste só apenas quando houvesse um crescimento da receita. Então, eu gostaria de saber qual é essa previsão? Se existe alguma possibilidade do Executivo pensar em relação a isso. É uma grande preocupação nossa é em relação a situação da Cohab, se já existe por parte do Executivo, um estudo, no sentido de pensar na recuperação dessa empresa, se há já algo encaminhado em relação a isso, porque tem nos preocupado neste último período. Também já fizemos aqui, aprovamos alguns aportes para a empresa, mas sabemos que ainda está tendo consequências em relação à folha de pagamento. Então, qual é a possibilidade que de fato o Executivo, apresente uma proposta para que a Cohab possa, realmente, ser autossustentável e poder garantir o atendimento à política pública de habitação,

também à folha de pagamento e direitos dos seus funcionários em dia. E reforço a pergunta do Vereador Mauro Ignácio, em relação aos contratos emergenciais, temos observado isso, e óbvio a gente sabe que o procedimento licitatório é longo, extenso, mas acho o administrador público tem que estar preparado para isso. Iniciar esse procedimento com antecedência para evitar que tenhamos aí esse número grande de contratos que são emergenciais e, obviamente, o processo licitatório fica prejudicado. Então seria isso, obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Devolvo ao Secretário Vitor Puppi.- O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado. Vou ser bastante objetivo para oportunizar as perguntas. Em relação ao Vereador Mauro Ignácio, as emendas estão garantidas com o recurso próprio do orçamento, não são emendas impositivas, mas emendas serão adimplidas até o final do exercício. Justamente em razão da existência de dotação orçamentária para o pagamento dessas emendas. Então, vamos, sim, cumprir com isso dentro de um cronograma, obviamente, mas até o final do exercício devemos empenhar, se possível liquidar todas as emendas. Com relação a quantidade que o município gasta com servidores, os 90% que V. Exa. mencionou. Com relação a este índice, me parece que vai ser uma receita própria do município que a despesa pessoal corresponde. Eu não tenho aqui o dado, mas deve ser algo em torno disso, deve ter diminuído um pouco, mas me comprometo em mandar esse percentual, o Diretor Claudinei que está aqui, pode mandar depois com relação a esse percentual, mas diminuiu, mas ainda é muito próximo disso, gastamos em torno de quatro bilhões de reais com pessoal. Então, não diminuimos muito esse número em 2018. Com relação aos contratos emergenciais, aí também já respondendo a pergunta da Vereadora Professora Josete, o que eu posso dizer é que os dois maiores contratos emergenciais do município, dizem respeito a empresa de lixo e ao ICI. Com relação a empresa do lixo, essa licitação foi suspensa pelo Tribunal de Contas, por um período bastante prolongado e depois foi retomada, salvo engano no mês passado ou acerca disso, e o edital salvo engano foi publicado. Eu gostaria até que essa questão fosse remetida para a secretária do meio ambiente, que vai poder dizer das datas, mas essa licitação deve estar em curso já, e só o contrato de lixo deve corresponder aí a cento trinta milhões de reais, enfim até agora, cento e dezessete, uma coisa assim, até o que foi pago agora. O outro contrato é o ICI. O ICI quando assumimos, reduzimos imediatamente o contrato do ICI, o município tinha uma despesa paga por ressarcimento de onze milhões de reais, que era glossado, enfim, diminuimos para seis milhões e novecentos mil reais. Então, uma diminuição maior do que 30% do contrário. O ICI teve mandar muita gente embora, enfim, mas manteve os serviços para a Prefeitura, o ICI ainda está no contrato emergencial, porque há um acordo em trâmite no judiciário, enquanto este acordo não for homologado, o ICI continua no contrato emergencial, assim que for homologado, deve-se pensar na licitação de alguns serviços e numa elaboração de contrato de gestão com o ICI. Os demais contratos emergenciais, da Empresa Risotolândia, enfim, pode ser direcionado à Secretaria da Educação, que vai poder responder. Eu, realmente, não consigo ter previsões com relação ao edital, mas me parece que deve estar em trâmite. Mas, gostaria que isso fosse encaminhado à Secretaria de Educação.- O SR. MAURO IGNÁCIO:- Secretário com relação a pergunta, se não houvesse o ajuste fiscal, qual o cenário de Curitiba hoje? O SR. VITOR PUPPI:- Bom, provavelmente, eu não estaria aqui. Então, não saberia dizer, mas acredito que o plano de recuperação, é que estamos acostumados, eu estive em Porto Alegre agora para dar um exemplo, em Porto Alegre, está parcelando a parcela que foi parcelada do salário. Estive com o Prefeito de Porto Alegre, o Prefeito Marchezan, que não conseguiu aprovar praticamente nenhuma medida daquelas que foram encaminhadas para a Câmara Municipal. E confesso que ele pegou boa parte dos nossos projetos, até primorou algumas coisas, como é natural, mas não conseguiu aprovar. E o que me parece que acontece, as pessoas se acostumam com uma realidade mediana, para não dizer medíocre, com o caos. Como eu sempre disse, a Cidade não apaga de um dia para o outro, vai desligando aos poucos e as

peças se acostumam com isso, não é? As peças se acostumam com a fila do pão, graças a Deus até não aconteceu em Curitiba, e graças à Câmara também, os senhores e senhoras Vereadores, que tiveram coragem de aprovar o plano. Então, deixo registrado aqui o meu agradecimento, em especial, em razão do plano. A pergunta do Vereador Ezequias, com relação aos recursos de drogas, isso também a Vereadora Noemia mencionou, um pouco antes na Tribuna, esses recursos parece que são geridos pelos CAPS, né? São destinados ao CAPS, geridos pela saúde, eu não tenho aqui a informação na totalidade de recursos, vou pedir para levantar e encaminhar também em seu gabinete, como ao do Vereador Ezequias, para verificar qual é o montante do valor disponível para esses recursos. Mas esta gestão, o direcionamento das verbas, depende da Secretária de Saúde, que faz o planejamento para esta questão. Mas, vou pedir para que seja encaminhado. Com relação às perguntas do Vereador Professor Silberto, o Nota Curitibana, é inclusão de novos participantes me parece interessante, vamos estudar sim, o Mário Nakatani, que é o coordenador do programa curitibana está presente. Então, vamos estudar. O que temos feito um trabalho muito forte junto às entidades de assistência social, que são cadastradas no programa, que já receberam quantias bastante significativas, para que elas nos ajudem a divulgar também este programa. O índice de inadimplência e taxa de lixo, é uma excelente pergunta: mesmo após a aprovação, porque tenho recebido também em meu gabinete na secretaria, algumas propostas que a taxa de lixo volte ao que era. Então, o índice de inadimplência de taxa de lixo em 2018, é o mesmo dos últimos exercícios. É o mesmo, ou seja, temos em torno de 15% a 18% de inadimplência, estamos, justamente, nesse patamar mesmo depois da aprovação, da desvinculação do IPTU. Isso significa que quem não pagava, provavelmente, continua não pagando a taxa de lixo. Nós também, em razão da lei aprovada nesta Câmara, deveremos publicar bastante em breve um decreto de isenção da taxa de lixo, para aquelas pessoas mais vulneráveis, isso deve acontecer no mês de outubro com os critérios aí da isenção da taxa de lixo, para as pessoas que não têm capacidade contributiva para pagar esse recurso. Com relação às perguntas da Vereadora Professora Josete, começando pela Cohab, sinceramente, francamente, eu também queria que a Cohab fosse autossustentável. Mas me parece que a Cohab sempre vai depender de algum aporte de capital para as suas atividades, a Cohab mudou muito o perfil do que ela fazia nos últimos anos. A Cohab é muito mais uma gestora desses contratos de habitação de interesse social, com as verbas do fundo de habitação de interesse social, do que uma empresa que constrói. Então, acredito que a Cohab tem uma questão importante, que são as despesas de pessoal. As despesas de pessoal da Cohab contemplam, em boa parte, dos recursos que são destinados à Cohab e sem uma gestão das despesas de pessoal, a companhia não vai ser autossustentável. Nós temos conversado com o Presidente Lupion, que tem um plano de redução de despesas e de aumento de receita, porque existe uma inadimplência muito grande da Cohab também, até porque não se cobrava juros das parcelas, ou seja, ninguém pagava porque o vizinho não pagava a parcela. Então, isso tudo está em gestação, eu acredito que a gestão da Cohab tem se preocupado com isso, mas gostaria também que essa pergunta sobre o plano da Cohab seja direcionada ao presidente. Assim como na Urbs, a Urbs fez uma gestão, aproveitando o gancho, muito interessante do ponto de vista fiscal, tem se equilibrado, a Urbs é uma companhia que resgatou o equilíbrio, acredito que a Cohab vai seguir no mesmo caminho, no decorrer da gestão. Com relação à data-base, eu sabia que esta pergunta seria mencionada aqui, nós estamos estudando, o Prefeito pediu para nós nos esforçarmos, para abranger o maior percentual possível. O que eu posso dizer é que certamente vai ser menos que os servidores sempre gostariam e mais do que o Secretário de Finanças gostaria de dar. Mas, não temos o valor ainda, estamos estudando diante da realidade também do País, vale lembrar que o poder Executivo do Estado não teve reajuste, que o poder Judiciário foi em torno de 2,7%, o Governo Federal adiou o reajuste de 2018, também não

houve data-base para o Governo Federal, outros municípios não concederam a data-base. Parece que Manaus concedeu 1,5%, Fortaleza, salvo engano, 3%, então estamos estudando, mas em breve, bastante em breve, teremos um posicionamento por parte do poder Executivo.- O SR. PRESIDENTE:- Na sequência Vereadores Helio Wirbiski, Felipe Braga Côrtes e Marcos Vieira.- O Sr. Helio Wirbiski:- Secretário, eu gostaria de parabenizá-lo pelo bom trabalho que vem realizando à frente da secretaria e fazer duas perguntas. Uma seria a respeito do ISS de cartões de crédito. Tenho a informação, através do Deputado Rubens Bueno, que parece que fez essa lei lá em Brasília, que traz o imposto para o local do fato gerador. E me parece que Curitiba foi beneficiada neste sentido, trazendo perto de noventa milhões, se não me engano. Eu gostaria de saber se esse dinheiro chegou, está chegando e se, realmente, é essa a informação. A segunda é sobre o ISS simplificado das construtoras de Curitiba, temos conversado bastante sobre isso, junto com o Sinduscon e esse sistema que está sendo implantado na Prefeitura, ele traz várias dificuldades. O senhor, através de um decreto, está passando a exigência do sistema a partir de 2019, janeiro. Eu gostaria de saber se até lá continuamos com o imposto simplificado e deixar já isso como uma reivindicação, que é uma reivindicação muito grande desse setor, que é um setor que está passando uma crise muito grande. Então a permanência do simplificado seria muito importante, para que este setor continuasse dando emprego e renda.- O Sr. Marcos Vieira:- Parabenizar o Secretário pela apresentação de prestação de contas. Secretário, uma das medidas noticiadas com a razão de redução foi o corte das Secretarias, entre elas a Secretaria da Mulher, e a outra, da Pessoa com Deficiência. Com a extinção dessas secretarias, qual foi o valor economizado? E outra situação, diante da apresentação, você mencionou que já com o ajuste que foi aprovado muitos serviços já foram retomados, e uma das grandes demandas da Cidade e, principalmente, da Região Sul, é em relação as vagas nas creches e CMEIs. Os CMEIs que estavam fechados foram abertos, mas foram abertos com a capacidade mínima. Então, se existe dentro do orçamento uma previsão desses CMEIs voltarem a funcionar com a sua capacidade total, tendo em vista que é uma das grandes demandas das mães da Região Sul e da Cidade toda. Obrigado.- O Sr. Felipe Braga Côrtes:- Obrigado, Presidente. Obrigado, Secretário. Pela apresentação demonstra que está sabendo bem do assunto, e nós, independente do lado em que estejamos, estamos do lado da Cidade, de verdade, e queremos que dê certo. Os erros são cometidos, aqueles que acertam, aqueles que erram. Enfim, só queria uma explicação um pouco mais precisa, se for possível, na questão do ICMS. Esse é um assunto nacional, é uma questão dos municípios hoje fazerem tanto do que o Estado fazia. O que nós, Vereadores, podemos fazer, efetivamente, até não é na questão estadual, se há o que fazer, o que nós podemos fazer para contribuir, já que ficou muito claro que isso é um peso enorme que tem relacionado ao orçamento. Acho que basicamente é isso, a questão da Cohab já foi respondida. Parabéns! Sucesso! Esperamos que dê certo as ações que estão sendo feitas.- O SR. PRESIDENTE:- Devido ao horário, temos mais cinco inscritos, vou suspender a Audiência Pública para que o Presidente Serginho possa assumir.- Está suspensa a Audiência. Assumiu a presidência o Vereador Sérgio Balaguer.- O SR. PRESIDENTE (Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto):- Estamos com o tempo da Audiência vencido e também com o tempo da Sessão vencido. Então, são duas prorrogações. Coloco em deliberação do Plenário a prorrogação da Sessão. (Pausa). APROVADO.- A Sra. Professora Josete:- Sr. Presidente, eu solicito prorrogação de trinta minutos.- O Sr. Mauro Ignácio:- Sr. Presidente, solicito prorrogação de quinze minutos da Audiência Pública.- O SR. PRESIDENTE (Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto):- Nesse momento eu transfiro a presidência para o Vereador Thiago Ferro.- O Sr. Colpani:- Sr. Presidente, solicito prorrogação até as 12h30min.- Reassumiu a presidência o Vereador Thiago Ferro.- O SR. PRESIDENTE:- Está reaberta a Audiência. Há consenso para 12h30min? Em votação a prorrogação para até 12h30min. (Pausa). APROVADO. Com a palavra o Secretário Vitor Puppi.- O

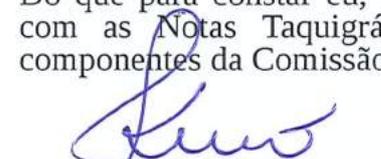
SR. VITOR PUPPI:- Eu vou começar pela pergunta do Vereador Felipe Braga Côrtes, com relação ao ICMS, o que pode ser feito. 25% do índice de ICMS é definido por uma lei estadual, o resto é constitucional, os 75%. Então, o que pode ser feito? Nós podemos estudar alguma mudança nessa legislação estadual que privilegie o Município de Curitiba, ou faça justiça, melhor dizendo, ao Município de Curitiba de alguma forma, em razão dos serviços que o Município dispense a boa parte da Região Metropolitana. Porque se formos olhar a arrecadação de Araucária, por exemplo, é uma arrecadação de transferência do ICMS, extremamente significativo, Araucária não atende a população de Curitiba. Então, acredito que podemos revisitar essa legislação estadual desses vinte e cinco para o ICMS, para recuperar esse índice para a cidade de Curitiba, o que seria muito importante na distribuição de tributo. Acho que é isso que nos cabe e também coloco a nossa equipe à disposição.- O Sr. Felipe Braga Côrtes:- Por isso que era importante o voto distrital, para ter os deputados apoiando a região. Muito obrigado.- O SR. VITOR PUPPI:- O Vereador Marcos Vieira perguntou sobre a redução das secretarias, realmente, reduzimos de vinte e quatro para doze e não tenho aqui o valor economizado com isso. O que posso dizer é que o município não preencheu a totalidade das funções dos cargos em comissão disponíveis, não tenho aqui de cabeça o dado, mas salvo engano de seiscentos e algo disponível, preenchemos em torno de quatrocentos. Vou pedir também para que esse dado seja encaminhado ao seu gabinete, após o término desta Sessão. Com relação às vagas nas creches, temos feito um trabalho de direcionamento para o orçamento progressivo, o nosso objeto é que a cada exercício, direcionar mais recursos para que essas demandas sejam atendidas. Temos também outros CMEIs que devem entrar em operação na cidade, vamos ter que destinar mais recursos para esses CMEIs e, acredito, mesmo aqueles que foram abertos, com a capacidade ainda não total, por assim dizer, também poderão, com acréscimo no orçamento, aumentarem as vagas. Mas isso é um trabalho progressivo ao longo da gestão. Mas vou passar essa reivindicação para a Secretária Maria Silvia, da Educação, para verificar essa questão das creches. As perguntas do Vereador Hélio Wirbiski, com relação ao ISS com cartão de crédito, eu me permito ter um pouquinho mais de tempo para explicar. Foi aprovado pela Lei Complementar nº157, no final de 2016, a mudança do critério do cartão de crédito, plano de saúde, enfim, não mais para o local do estabelecimento como sempre foi cobrado, mas pelo local do tomador de serviço. O que aconteceu foi que a CMN vendeu uma ideia, de fato, para os municípios menores, de que isso iria significar um acréscimo imenso na arrecadação de todos os municípios. A conta da CMN nunca fechou com o total arrecadado dessas atividades, cartão de crédito especial no Brasil. O que aconteceu? Todos nós sabíamos que a dificuldade de implementação disso seria tremenda, porque teríamos cinco mil e quinhentas legislações diferentes, a instituição financeira teria que se adaptar a cinco mil e quinhentas legislações diferentes e sabíamos que isso ia ser questionado, como de fato foi, o Ministro Alexandre, no Supremo, suspendeu a lei, os efeitos dessa lei, por uma medida liminar de uma ação direta de inconstitucionalidade, movida, salvo engano, pela associação ou das instituições financeiras, não me lembro quem é o autor, mas isso foi suspenso. O que se está em discussão agora é o novo Projeto de Lei Complementar, que vai estabelecer as obrigações acessórias, para que torne possível essa cobrança. Então, o que aconteceu é que os municípios, na verdade, perderam essa arrecadação, porque muitas empresas judicializaram a questão. Então, diante da empresa não saber aonde recolher, a Unimed, por exemplo, em Curitiba, sei que a arrecadação em Curitiba ela preservou, mas em vários municípios ela vem depositando em juízo, em razão de não saber exatamente para qual município deve repassar. Existe um imbróglia jurídico muito grande nisso, Curitiba não está percebendo ainda recursos disso, como nenhum município, em razão da suspensão, e é uma questão que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre as obrigações acessórias e tornar possível a cobrança dessas atividades no local do tomador. A

outra pergunta com relação ao ISS, da construção civil, implementamos um sistema eletrônico que garante as mesmas deduções que as empresas tinham direito antes da aprovação da lei. O que esse sistema muda? Primeiro, ele é eletrônico, ele cruza as notas fiscais das empresas. Então, isso vai tornar com o tempo mais simplificado, tanto o controle como também o pagamento do tributo. Por que nós implementamos esse sistema? Porque existia, de fato, um índice de sonegação bastante elevado nessa atividade. O incorporador ou a construtora, passava os serviços direto, o material de construção direto para a pessoa física que estava construindo a casa, enfim, a sua residência, e mesmo assim usava o sistema simplificado para abater o ISS, pagar os 2%. Com o fim do sistema simplificado as deduções continuam mas o controle se torna efetivo. Então, me parece que seria um retrocesso voltarmos ou pensarmos num regime simplificado. Por outro lado, para que as empresas não aleguem surpresa com esse novo sistema, nós prorrogamos por mais três meses, até 1 de janeiro de 2019, a obrigatoriedade desse sistema, ou seja, as empresas tem um ano praticamente, desde a aprovação da lei, isso foi aprovado no plano de recuperação da Cidade, para se adaptar. Então, um tempo bastante suficiente. O sistema já está disponível. Enfim, estivemos no Sinduscon naquela oportunidade, já estivemos no CRC, os contadores já estão se familiarizando com esse sistema que deve entrar no ar de forma obrigatória no começo do exercício.- O SR. PRESIDENTE:- Próximo Vereador inscrito, Mauro Bobato.- O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado. Só ia fazer o questionamento na mesma linha do Vereador Helio, estive acompanhando isso aí. E só queria colocar que o pessoal está cobrando a dificuldade de fazer o lançamento das notas no novo sistema. Isso é uma das coisas que está pegando. Só queria pontuar isso aí e entender um pouco melhor esse processo, e dizer que continuo acreditando na gestão, imagino que estamos no caminho correto.- O SR. PRESIDENTE:- Próximo Vereador inscrito, Serginho do Posto.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer – Serginho do Posto:- Quero saudar o Vereador Thiago Ferro e todos os membros da Comissão. Saudar o Secretário Vitor Puppi e parabenizar pela lucidez da gestão fiscal com a sua equipe que está tendo nessa gestão. Quando o senhor nos traz dados, faz com que tenhamos algumas reflexões, a forma como o senhor vem colocando a situação do Município na questão fiscal, para onde está indo o orçamento, de que forma está sendo controlado esse orçamento, isso nos deixa acalentados com as informações. Mas, o que me chama a atenção, e vendo os dados estatísticos, é que na gestão passada, durante quatro anos, eu não tive o conhecimento que o gestor passado, juntamente com a procuradoria, com a Secretaria de Finanças, tenha enviado a esta Casa o relatório de títulos e precatórios. Isso preconiza, a Lei de Responsabilidade Fiscal obriga o Executivo a enviar para esta Câmara. O ano passado a gestão atual enviou, e esse ano também enviou dentro do prazo. Nós precisamos ter essa clareza. E o que chamou a atenção foi justamente o gráfico, você sai de uma escala de quatro anos, e entra numa perspectiva de dois anos com quase o dobro do pagamento. Então, para reflexão eu queria que o senhor fizesse um comentário a respeito disso. Porque a Casa deveria acompanhar. Os precatórios tem prazo para a previsão de pagamento e esta Casa precisa receber os relatórios anualmente. Eu não tive conhecimento pelo menos que os relatórios foram entregues na gestão passada. Esse ano a gente vem recebendo. A princípio, no início do ano eu coloquei essa situação ao Secretário, à Procuradora, tendo em vista que esta Câmara precisava receber essas informações. São informações adicionais à LDO, portanto precisamos ser informados através desse envio. Então, só fica aqui uma reflexão para a gente poder entender porque essa diferença de pagamentos agora.- O SR. PRESIDENTE:- Próxima Vereadora inscrita, Noemia Rocha.- A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada. Secretário, quero parabenizá-lo pela explanação. Dizer que não havia necessidade de pedir desculpas, ao contrário, nós ouviríamos você com muita tranquilidade, porque nos interessa, até porque somos fiscalizadores do erário. Eu sou a última a falar, então alguma coisa já foi contemplada, mas quero reforçar. Nós vimos o aumento significativo do ISS, na mudança de alíquota, do

ITBI. O ITBI, tenho uma leitura de aumento, porque foi tirada aquela parcela de dez vezes, então está sendo meio à vista, e aí vamos ter uma resposta a longo prazo. Neste contexto é possível, volto a dizer, não sei se foi perguntado, vamos ter o reajuste dos servidores públicos? Não estou falando em aumento, eles merecem aumento, mas pelo menos o reajuste inflacionário. Nós abrimos mão, enquanto município, de algumas ações judiciais que estavam, na nossa leitura, favorecendo o município em relação ao transporte coletivo. A Secretaria de Finanças acompanhou essas negociações? Como está neste quesito? Qual o impacto dessa retirada, dessa desistência de ações judiciais? Outra pergunta, já fiz na vez passada, se está tendo avanço no investimento no setor de fiscalização em auditoria da prefeitura. Temos uma leitura de que é possível haver aumento significativo de arrecadação. E também saber onde estão os maiores impactos do Plano de Recuperação aprovados em 2017. Quanto à Nota Curitiba eu votei favorável e também este aumento significativo da Nota Paraná pode se refletir no reajuste dos servidores públicos. Eles merecem uma atenção especial em relação ao reajuste de seu provimento. Eu lembro que tínhamos um déficit de oitenta e sete milhões/mês com a taxa de lixo. E na sua resposta, não sei se é real, não houve mudança de arrecadação, o aumento na desvinculação da taxa de lixo. Como está sendo resolvida esta questão deste déficit de oitenta e quatro milhões/mês da coleta de lixo? São essas as minhas perguntas, no mais pedir com carinho um investimento na área social, porque estamos tendo uma redução significativa e uma grande demanda em relação aos moradores de rua e drogadição. Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, Secretário Puppi.- O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado, Presidente. Com relação às Notas que o Vereador Bobato colocou, vamos verificar o problema. Nós até agora tivemos um problema em especial com a construção civil, com as concreteiras, mas isso está sendo solucionado, que era justamente as notas de remessa, mas está sendo solucionado. Se existir alguma empresa em especial que passe alguma reclamação, peço a gentileza de nos transmitir, porque o sistema é novo. Então, também é natural que mereça adaptações e mereça melhorias ao longo do tempo. Mas vai funcionar, funcionou em São Paulo. Este regime não é novo, em São Paulo também é eletrônico e a tendência é essa. Não tem mais como ser um caderninho, um papel. Nós precisamos deixar as coisas mais simplificadas e este sistema com o tempo vai capturar as notas fiscais de forma automática do contribuinte. Mas vamos verificar e se existir alguma dificuldade em especial das notas, eu peço que passe para nós aprimorarmos. Agradeço a pergunta do Vereador Serginho do Posto, é uma pergunta muito importante com relação aos precatórios. Este é um tema que não vinha sendo tratado, porque na gestão passada os valores foram módicos, por assim dizer. Qual o problema dos precatórios? Primeiro um problema do País, porque quem paga em dia os precatórios não é tão beneficiado como quem atrasou precatório, historicamente. Quem atrasou precatório historicamente é hoje beneficiado pelo regime especial de Emenda Constitucional n.º 62/2009 e também pela Emenda 94, que autorizam que apenas um percentual da Receita Corrente Líquida seja destinado ao pagamento de precatórios. Quem está em dia tem que pagar na totalidade. Curitiba está em dia. Qual o principal problema disso? É que o pessoal do orçamento aqui, o diretor Carlos, o gerente Márcio gerente, em junho ficam torcendo para saber qual valor virá do Tribunal de Justiça. É uma surpresa o que vem. O que nós fizemos neste sentido e pedimos à Procuradoria do município que assim o faça? Nós pretendemos ter no anexo de riscos fiscais a previsibilidade daqueles valores que serão pagos por meio de demanda judiciais. Então, é uma classificação de risco entre provável remoto e possível daquelas demandas que certamente poderão trazer impacto no orçamento do município. Já pedimos à Procuradoria do Município, inclusive sugerindo critérios para a estipulação do risco para que isso não seja uma surpresa para o município, porque tínhamos um orçamento em 2019, isso também impacta na pergunta da data-base da Vereadora Noemia Rocha, porque o dinheiro é um só, tínhamos uma previsão com relação a alocação de recursos, imaginávamos e está

aqui o diretor Carlos para não me deixar mentir, que iríamos gastar uma média de trinta e cinco milhões de reais com precatórios, quando veio cento e quatorze milhões de reais, o que tivemos que fazer? Tivemos que, justamente, verificar como iríamos alocar essa diferença no orçamento. Esse desbalanceamento, fruto da imprevisibilidade da despesa, é extremamente gravoso para o planejamento do Município. Quem disse que no próximo ano não pode ser duzentos milhões? Então, o que nos cabe. Primeiro, tentar ter essa previsão de forma mais precisa no orçamento. Mas também fica a reflexão do ponto de vista que quem paga em dia, hoje, no Brasil, não é beneficiado, pelo contrário, é penalizado e aqueles que estão atrasados até 25 de março de 2015 que é a data limite da Emenda 62 tem esse benefício constitucional para pagar. Então, realmente isso desmoraliza o País, não beneficiar aqueles que estão em dia com o regime de precatórios. Com relação às perguntas da Vereadora Noemia Rocha, o parcelamento do ITBI correspondia a apenas 6% dos nossos números de transações lá. Então, era número pequeno. Claro que as pessoas que não podem parcelar reclamam. Mas por que a pessoa não pode parcelar? É porque hoje ela paga na escritura. Então, o parcelamento é praticamente incompatível com o regime da escritura, porque a pessoa vai pagar a hora que ela lavrar a escritura no dia seguinte ou três dias e o escrivão tem a obrigação por uma lei federal de exigir a guia do ITBI paga. Então, ela se tornou incompatível com o regime novo do ITBI. Na verdade não dá para retroagir nesse sentido, para ser muito franco, justamente com a dificuldade sistêmica mesmo do ITBI. Com relação ao transporte coletivo e as ações judiciais. Por isso que o Presidente da Urbs esteve aqui recentemente explicando. O meu conhecimento com relação a isso é que esse acordo possibilitou a renovação da frota, algumas demandas que estavam paradas. E também tem uma questão, é claro que o Município se havia naquela oportunidade, sem entrar no mérito da questão, congelado o valor da tarifa e as empresas ao conseguir uma liminar para não renovar a frota e, ao mesmo tempo, o Município estimava uma quantidade de passageiros diferente do que aquela que era apurada ao final do exercício, isso iria acabar também, certamente, gerando um precatório para o FUC, quem bancaria seria o Município, ao final dos anos. Então, do meu ponto de vista, o acordo foi vantajoso para o Município com relação a renovação da frota, mas, principalmente, para impedir uma obrigação futura do Município com relação a precatórios, que é a mesma coisa com os planos de carreira. Quantos planos de carreira foram concedidos, aprovados e não foram implementados também pela gestão anterior e nós suspendemos por meio de lei esses planos, eles também iriam virar precatórios. Aliás, eles estão em discussão na justiça, a justiça ainda pode decidir, embora não acreditemos que isso venha a acontecer em desfavor do Município. Então, acredito que esta gestão, o Prefeito Rafael Greca poderia ter feito como o Estado fez em inúmeros governos suspendido implementação por meio de decreto, e aí fatalmente viraria precatório. O Estado não conseguiu pagar o precatório, o Município não conseguiria pagar o precatório, enfim. Então, me parece que essa gestão do transporte coletivo também evitou isso. Mas eu acho que um estudo pormenorizado poderia ser pedido ao Presidente da Urbs que esteve a frente desses acordos. Com relação aos investimentos de fiscalização e auditoria, veio a calhar a pergunta porque estamos elaborando a controladoria do município de forma exigida pelo Tribunal de Contas. Hoje a controladoria está na Secretaria de Finanças, ela vai deixar de estar na Secretaria de Finanças e vai se tornar autônoma, por assim dizer, no Município. Esta é uma demanda antiga e temos aí um decreto que já tem uma comissão em fase final, eu diria assim, de elaboração da Controladoria Geral do Município. Então, temos investido e vamos ter que provavelmente ou fazer concurso ou alocar alguns profissionais para a controladoria.- A Sra. Noemia Rocha:- O deficit do lixo.- O SR. PRESIDENTE:- Nós estamos quase sem tempo e temos a pergunta do Vereador Goura.- O Sr. Goura:- Obrigado, Presidente Thiago Ferro, obrigado Secretário por toda disponibilidade e paciência de responder todas as perguntas. Na verdade eu quero

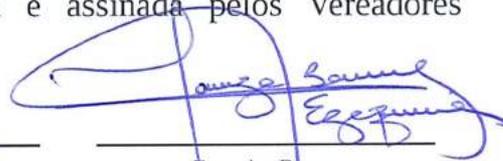
apenas, Secretário, entregar um relatório que fizemos do tema que o Vereador Mauro Ignácio e Vereadora Professora Josete levantaram dos contratos emergenciais. Desde o início do ano constatamos que foram quarenta e dois contratos emergenciais. O senhor colocou muito bem que o do ICI e da Cavo são os mais relevantes, de valores maiores, no entanto há diversos outros que nos pareceu que há algumas inconsistências e falta de dados sobre o número do contrato, o prazo inclusive com a própria empresa contratada. Eu queria lhe entregar pessoalmente, também o Vereador Thiago, presidente da comissão, solicitou a entrega do relatório. Hoje, após a Sessão, farei essa entrega. E também é o nosso papel de fiscalização e pedindo apenas as explicações devidas. Agradeço novamente.- O SR. VITOR PUPPI:- Só para finalizar, em um minuto posso responder a Vereadora Noemia. O deficit na taxa de lixo era em torno de sessenta, oitenta milhões por ano. Esse deficit caiu. O que temos de deficit hoje? Só a inadimplência, que dá em torno de vinte a trinta milhões de reais que o Município vem pagando. Mas o deficit caiu porque a arrecadação na taxa de lixo subiu em torno de sessenta milhões de reais e a inadimplência permanece a mesma do que era antes da aprovação do plano de recuperação. Com relação aos contratos emergenciais, claro, recebo esses contratos, muita coisa estava sendo paga por meio de ressarcimento na gestão anterior. Os contratos emergenciais foram feitos como, eu diria, um caminho para a licitação. Alguns não dependem exclusivamente do Município. Mas recebo o relatório, vou encaminhar para todas as secretarias, as pastas que respondem por esses contratos e vamos adotar as providências que forem necessárias o mais rápido possível.- O SR. PRESIDENTE:- Quero agradecer ao Secretário Vitor Puppi e também a Diretora Aline Bogo. Agradeço aos servidores Cristina Fonseca, Elis Bianca, o Adroaldo que agora foi para a Controladoria e esteve participando conosco, a Jussana Marques, a todos os Vereadores da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Esgotado o tempo previsto, damos por encerrada a presente Audiência Pública agradecendo a todos.- Do que para constar eu, Edson Rebello, Redator, lavrei a presente Ata de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será lida e assinada pelos Vereadores componentes da Comissão.



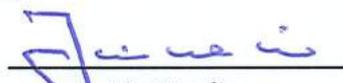
Thiago Ferro
Presidente



Mauro Ignácio
Vice-presidente



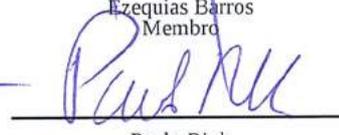
Ezequias Barros
Membro



Jairo Marcelino
Membro



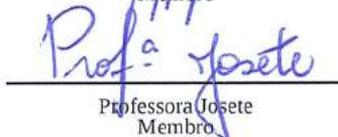
Oslas Moraes
Membro



Paulo Rink
Membro



Professor Silberto
Membro



Profª Josete
Membro